



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**INTEGRAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
SOBRE A QUESTÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM
CAMPINAS-SP**

LUIZ FELIPE GARCIA VILHETE D'ABREU

SÃO CARLOS, SP

2024

LUIZ FELIPE GARCIA VILHETE D'ABREU

**INTEGRAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
SOBRE A QUESTÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM
CAMPINAS- SP**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais, ao curso de graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de São
Carlos.

Orientadora: Profa. Dra. Luana Motta

Discente: Luiz Felipe Garcia Vilhete
D'Abreu

RA: 760712

SÃO CARLOS, SP

2024

Nº Cutter [Sobrenome, nome].
[Título: Subtítulo (se houver)] / [Nome e sobrenome].
— [ano].
[qtd. de folhas] f.

Trabalho de Conclusão de Curso (tipo de curso) –
[Instituição nome completo], [local], [ano]

1. [primeira entrada de assunto]. 2. [segunda entrada
de assunto]. 3. [terceira entrada de assunto]. I. Título.

CDD [número da CDD].

INTEGRAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
SOBRE A QUESTÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM
CAMPINAS- SP

Luiz Felipe Garcia Vilhete d'Abreu

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Sociais, ao curso de
graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de São Carlos.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Luana Dias Motta

Universidade Federal de São Carlos

Membro da banca (1)

[Nome do membro da banca]

[Instituição do membro da banca]

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que tornaram possível a conclusão desta jornada acadêmica. Os últimos anos foram a experiência mais desafiadora e engrandecedora da minha vida, e não teria alcançado este marco sem o apoio e encorajamento de pessoas incríveis ao meu redor.

Primeiramente, à minha amada família: meu pai João, minha mãe Maria de Fátima e meu irmão Daniel. O amor, compreensão e apoio incondicionais de vocês foram a âncora que me sustentou durante todo esse percurso. Cada conquista é compartilhada com vocês, e este sucesso é tanto de vocês quanto meu.

À minha orientadora, Luana, expresso minha mais profunda gratidão. Sua cordialidade, atenção e dedicação foram fundamentais para o sucesso deste trabalho. Seu comprometimento e orientação guiaram-me de maneira significativa, tornando este processo acadêmico mais rico e esclarecedor.

Aos meus amigos da República Arapuca, obrigado por serem minha segunda família. Os momentos compartilhados, as risadas, as noites de estudo e os desafios superados juntos fizeram desta jornada acadêmica uma experiência inesquecível. Cada um de vocês contribuiu para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

Aos amigos e colegas do curso de Ciências Sociais, em especial, Patrick, Victor, Lucas e Otávio, agradeço por compartilharem esta jornada intelectual comigo. Suas discussões, insights e colaborações enriqueceram meu entendimento e ampliaram minha perspectiva sobre o mundo.

Por fim, agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, estiveram presentes em minha vida nos últimos anos. Cada interação, palavra de incentivo e gesto de apoio deixaram uma marca significativa em minha jornada acadêmica.

Este é um marco não apenas para mim, mas para todos que compartilharam essa jornada comigo. Obrigado por fazerem parte desta conquista e por tornarem os últimos anos tão memoráveis. Vocês são parte fundamental do meu sucesso e da pessoa que me tornei.

Lista de Siglas

CAPES- Coordenação de aperfeiçoamento de nível pessoal de nível superior

CAPS- Centro de atenção psicossocial

CNAR- Consultório na Rua

CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COVID-19- Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA- Instituto de pesquisa econômica aplicada

MDHC- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

MNMMR- Movimento Nacional dos meninos e meninas de rua

MNPR - Movimento Nacional da População de Rua

OAF - Organização de Auxílio Fraternal

ONG- Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNPSR - Política Nacional Para Situação De Rua

SAMIM- Serviço de acolhimento ao mendicante e itinerante

SMASDH- Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

Sumário

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO I - CONTEXTO DA SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL | 6 |
| 1.1 Conceitualização e Dados da Situação de Rua No Brasil | 6 |
| 1.2 As variações da Política Nacional Para Situação De Rua (PNPSR) | 11 |
| CAPÍTULO II – UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE CAMPINAS..... | 14 |
| 2.1 - Contextualização Histórica | 14 |
| 2.2- A Desigualdade em Campinas | 16 |
| CAPÍTULO III - OS TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM CAMPINAS | 20 |
| 3.1 A Situação de Rua a Partir da Saúde Pública..... | 20 |
| 3.2- A Vida nas Ruas de Campinas a Partir das Ciências Humanas | 26 |
| 3.3 A questão da situação de rua entre a arquitetura e a geografia | 36 |
| 3.4 - Discussão acerca dos trabalhos analisados | 40 |
| CONCLUSÃO | 42 |
| REFERÊNCIAS | 44 |

RESUMO

O presente estudo tem como foco a questão da população de rua e a produção teórica sobre essa temática no Brasil. Sendo esse um tema muito debatido atualmente na sociedade brasileira, a investigação tem como objetivo sistematizar e revisar as produções sobre a situação de rua em Campinas-SP, como uma forma de auxiliar a compreensão dessa questão social, assim como orientar futuros estudos relacionados ao tema. Não obstante a desigualdade no Brasil tenha demonstrado uma leve diminuição, com novas políticas orçamentárias e sociais, tem se observado que o quadro da situação de rua continua piorando, enquanto um problema estrutural de desigualdade e distribuição de recursos e serviços. Realizou-se, no mês de dezembro do ano de 2022, o levantamento da produção científica acadêmica na área das linguagens; saúde coletiva; ciências sociais; filosofia; educação; geografia e arquitetura; e relacionada à vida na rua na cidade de Campinas, a partir das teses disponíveis no repositório de teses e dissertações da CAPES e no Google Scholar. Foram utilizados nas buscas os descritores “Situação de Rua” e “Campinas”, encontrando-se dois artigos e dez teses de doutorado que trabalharam com a temática. A Revisão Bibliográfica demonstrou que as ferramentas de análise mais utilizadas envolvem pesquisas qualitativas, tendo como metodologia a observação participante por meio de etnografias, entrevistas, e relatos de história de vida, com trabalhos que utilizam o centro de Campinas como recorte. De maneira geral, os estudos concluem sobre o grau de dificuldades na sobrevivência das pessoas em situação de rua, em diferentes contextos analíticos, e os desafios da integração dessa população na sociedade brasileira. A análise dos estudos concluiu que ainda existem muitos temas a serem explorados dentro dos debates da situação de rua em Campinas, como a questão racial, estudos sobre pessoas com deficiência, pessoas LGBTQs, estudos de imigração, sexualidade e situação de rua, estudos experimentais que observam causas e efeitos ligados à vivência dos itinerantes, acompanhamentos de médio e longo prazo da vida na rua, e saberes na área das ciências econômicas que procurem compreender os impactos diretos da economia na situação de rua, dentro do contexto municipal retratando as relações das pessoas em situação de rua com os ambientes urbanos da cidade, a dimensão subjetiva dessa população e sua integração e marginalização a partir de instituições de assistência social.

PALAVRAS-CHAVE: População em Situação de Rua; Campinas; Direitos Humanos, Revisão Bibliográfica.

ABSTRACT

The present study focuses on the issue of the homeless population and the theoretical production on this topic in Brazil. As this is a highly debated theme in Brazilian society, the investigation aims to systematize and review the productions regarding the situation of homelessness in Campinas-SP. This serves as a means to aid the understanding of this social issue and guide future studies related to the topic. Despite a slight decrease in inequality in Brazil demonstrated by new budgetary and social policies, it has been observed that the situation of homelessness continues to worsen. This persists as a structural problem of inequality and distribution of resources and services. In December 2022, an academic scientific production survey was conducted in the areas of languages, collective health, social sciences, philosophy, education, geography and architecture, as well as those related to street life in the city of Campinas. The survey utilized the theses available in the CAPES theses and dissertations repository and Google Scholar. The search terms "Situação de Rua" (Homelessness) and "Campinas" yielded two articles and ten doctoral theses that addressed the theme. The literature review revealed that the most commonly used analytical tools involve qualitative research, employing participant observation through ethnographies, interviews, and life history accounts. The studies focused on the city center of Campinas as a specific area of inquiry. These works concluded that there are still many topics to be explored within the debates on homelessness in Campinas. These include issues related to race, studies on people with disabilities, LGBTQ+ individuals, immigration studies, sexuality and homelessness, experimental studies examining causes and effects linked to the experiences of the homeless, medium and long-term monitoring of life on the streets, and knowledge in the field of economics seeking to understand the direct impacts of the economy on homelessness within the municipal context. The studies also portray the relationships of people experiencing homelessness with the urban environments of the city, the subjective dimension of this population, and their integration and marginalization through social assistance institutions.

Keywords: Homeless Population; Campinas; Human Rights; Literature Review.

INTRODUÇÃO

Partindo da emergência da problemática que envolve pessoas em situação de rua, o presente estudo objetivou realizar uma revisão narrativa dos principais trabalhos científicos e informações que dizem respeito à situação de rua em Campinas atualmente, partindo de fontes documentais em jornais, dados do governo federal e municipal, e plataformas de pesquisa científica como o repositório da Coordenação de aperfeiçoamento de nível pessoal de nível superior (CAPES) e o Google Scholar. Para sustentar este debate teórico, o estudo se utilizou da metodologia qualitativa, e partiu de noções da sociologia crítica, como meio de compreensão da desigualdade como parte de relações de poder em Campinas, com registros históricos, bem como para fins de comparação entre as ferramentas de análise e compreensão da vida na rua como um objeto de estudo entre diferentes autores

A partir disso, foi possível compreender parte das lacunas teóricas na temática, as limitações técnicas nos estudos populacionais realizados, e as complexidades da vida na rua atualmente. Para alcançar esses resultados foram objetivados especificamente examinar a integração social e comunitária da situação de rua em Campinas, e explorar as formas utilizadas para obter o conhecimento relacionado à temática. É esperado que o conjunto dessas informações possam contribuir para futuras pesquisas que analisem a situação de rua em Campinas, e ajudem a esclarecer sobre a dimensão dessa problemática em nível municipal, uma vez que essa temática não possui contribuições prévias com objetivo de averiguação das informações sobre a vida na rua no município. Para contextualizar essas questões, serão utilizados primeiramente os últimos relatórios do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania- MDHC (2023), diretrizes e conceitos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) (2015), bem como dados do Censo de 2022, artigos e trabalhos acadêmicos produzidos nos últimos anos, e relacionados diretamente ao tema da vida na rua, posteriormente.

Em um relatório produzido em 2015, a ONU classifica a situação de rua como uma crise global de direitos humanos, sendo produzida como "um sintoma da incapacidade dos governos de reagir às crescentes desigualdades entre as rendas, a riqueza e o acesso à terra e à propriedade, bem como a incapacidade de dar uma resposta efetiva aos problemas da migração e da urbanização" (Relatório da Situação de rua ONU; 2015, p.2). Entre as definições sobre a situação de rua propostas pelo relatório, há um enfoque nas possíveis causas que contextualizam essa problemática como uma questão particularmente coletiva. As definições são relacionadas a "ausência de moradia", "uma forma de discriminação sistêmica e de

exclusão social”, e “titulares de direitos que são resilientes na luta por direito e dignidade” (Relatório da Situação de rua ONU; 2015, p. 5).

A vida na rua possui uma variedade de explicações e atribuições morais que circundam o meio social. De maneira geral, ela é vista enquanto uma condição relacionada a um efeito do fracasso pessoal, entre as pessoas comuns. O universo do trabalho proporciona a ideia incauta e confortante de que, em termos econômicos, somos protegidos por uma dignidade inerente ao nosso esforço humano, e que se concretiza materialmente pelo dinheiro, pelo estilo de vida. A partir disso, a premissa básica que alicerça nossa esperança de estar tão distante da situação de rua é o esclarecimento geral de sermos pessoas racionais o suficiente para não nos levar a uma vida tão pobre, tão isolada. O esforço diário de acordar cedo para trabalhar, dia após dia, saúde financeira, núcleo familiar estável, redes de apoio, esforços para manter a saúde mental em dia, à distância de vícios perigosos. De fato, nada pretende negar que a somatória desses fatores nos distancia de uma possível catástrofe pessoal, que levaria alguém a viver na rua. Entretanto, a proporção da crítica a essa noção se alicerça no fato de que: mesmo sob controle de todas as dimensões da vida pessoal, imaginar que a estabilidade (i)material da vida humana em sociedade depende meramente de processos decisórios individuais, é rigidamente meritocrata. Mas o que pode ser compreendido a partir de tal constatação? Cientificamente, o dever das ciências sociais enquanto ciências básicas, é de formular esquemas teóricos que capacitem a reprodutibilidade de outros modelos analíticos no âmbito da compreensão da sociedade. Isso não significa combater os conhecimentos produzidos no senso comum, mas produzir conhecimentos que iluminem a idealização popular acerca das temáticas discutidas em diferentes esferas da sociedade. O debate público como uma ação cotidiana essencialmente democrática, é carregado de ideologias, noções morais e éticas, interesses e vieses. E um dos pontos de partida da política institucional, e da administração pública, é o debate público.

Nesse sentido, conforme o conhecimento obtido em pesquisas básicas e suas aplicações, novos campos do conhecimento e áreas de pesquisa vão se desenvolvendo. Esse desenvolvimento só é possível pela cultura de socialização do conhecimento produzido (NEUBERT e RODRIGUES, 2023, p.7).

Com isso, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de produção de novos estudos relacionados à situação de rua como uma problemática que tem se expandido em Campinas atualmente, e na sociedade brasileira como um todo, uma vez que. “Mais de dez milhões de pessoas saíram da linha da pobreza no Brasil em 2022. Apesar disso, o número de

indivíduos considerados pobres passa de 70 milhões.”¹ e a população em situação de rua aumentou gradualmente, como será demonstrado

E dentre outras complexidades, a necessidade de averiguar as lacunas teóricas relacionadas aos campos de conhecimento que podem explorar a vida na rua em Campinas, também se entendem como justificativas de pesquisa, uma vez que essa problemática se estende também ao campo epistemológico, enquanto uma pauta invisibilizada em suas diferentes perspectivas interseccionais.

Especificamente, a situação de rua em Campinas passa por algumas dificuldades relacionadas à compreensão da dimensão do problema, de modo geral. A realização da pesquisa do censo de rua em 2020 foi postergada por conta da pandemia, e os dados relacionados a essa população constam em relatórios da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos (SMASDH)², não sendo analisados em uma pasta, ou abordagem específica nos relatórios. A contabilização das pessoas em situação de rua é realizada anualmente pela gestão municipal, mas o resultado do direcionamento de políticas e gestão de recursos destinada a essa população, não são tratados com a profundidade subjetivista que será aqui analisada.

A contagem da situação de rua, realizada em 2021, por parte da gestão municipal, constatou que houve um aumento significativo nessa população “Pelo menos, é o que mostram as últimas pesquisas. Em 2015, Campinas possuía 563 pessoas em situação de rua. No ano seguinte, em 2016, subiu para 623. Foram registrados 822 em 2019, e 932 pessoas em 2021”. O perfil dessa população é descrito como “formado por homens (81,5%). Mulheres representam 16,2%. Pessoas que se autodeclararam transgênero (homem ou mulher) são 1,4%. Outros gêneros 0,9%”. (Jornal, O VALE, Abril de 2023)

Em relação à raça, a contagem apontou 45,1% de pessoas em situação de rua pardos, 29,2% de brancos, 23,9% de pretos, 1% de amarelos e 0,8% de indígenas. Se juntarmos pardos e negros, esse contingente populacional passa a representar 69% da população em situação de rua. O critério de classificação foi autodeclaratório. (Censo de moradores em situação de rua, 2021)

¹ Via Agência Brasil, disponível em: Mais de dez milhões de pessoas saíram da linha da pobreza no Brasil em 2022. Apesar disso, o número de indivíduos considerados pobres passa de 70 milhões.

² Disponível em: https://cmas.campinas.br/wp-content/uploads/2023/10/RELATORIO_DE_GESTAO_CMAS-2022.pdf

Dentro desse universo, as variáveis de distinção individual como raça, gênero, sexo, e idade possuem um papel instrutivo no direcionamento das perguntas acerca da experiência vivida na rua, assim como, escolaridade, origem, relação com substâncias aditivas e tempo de vida na rua. Essas variáveis delimitam os recortes e objetos de pesquisa. Atualmente, o número de pessoas em situação de rua em Campinas é de 2.547 pessoas, segundo o último levantamento da situação de rua feito na cidade, realizado pelo Ministério da Cidadania e dos Direitos Humanos (2022). Como pode-se ver na Tabela 1, a seguir, Campinas é uma das dez cidades com mais pessoas em situação de rua no Brasil, atualmente. A partir desses dados, contextualiza-se a dimensão desta problemática.

Tabela 1- Municípios com maior número absoluto de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único em dezembro de 2022,

Tabela 1 – 10 Municípios com maior número absoluto de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único em dezembro de 2022.

| REGIÃO | UF | MUNICÍPIO | POPULAÇÃO TOTAL 2022 | PSR NO CADASTRO ÚNICO 2022 | % DO TOTAL DE PSR DO PAÍS |
|---------------------|-----------|------------------|----------------------------|----------------------------------|---------------------------------|
| Sudeste | SP | São Paulo | 11.451.245 | 53.853 | 22,8 |
| Sudeste | RJ | Rio de Janeiro | 6.211.423 | 13.566 | 5,7 |
| Sudeste | MG | Belo Horizonte | 2.315.560 | 11.826 | 5,0 |
| Centro-Oeste | DF | Brasília | 2.817.068 | 7.924 | 3,4 |
| Nordeste | BA | Salvador | 2.418.005 | 7.909 | 3,3 |
| Nordeste | CE | Fortaleza | 2.428.678 | 6.334 | 2,7 |
| Sul | PR | Curitiba | 1.773.733 | 3.477 | 1,5 |
| Sul | RS | Porto Alegre | 1.332.570 | 3.189 | 1,3 |
| Sudeste | SP | Campinas | 1.138.309 | 2.547 | 1,1 |
| Sul | SC | Florianópolis | 537.213 | 2.020 | 0,9 |
| Total 10 municípios | | | 32.423.804 | 112.645 | 47,7 |

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Cadastro Único (Cadastro Único) e do Censo Demográfico 2022 (IBGE).

Fonte- Observatório dos Direitos Humanos, 2022, página 15.

As produções trabalhadas na presente pesquisa se fundamentam ao trazer abordagens de diferentes áreas do conhecimento, que explicam a vida na rua, ao mesmo tempo que organizam as informações relativas a esse cenário na cidade de Campinas, ao decorrer dos anos anteriores. Por sua vez, a natureza da presente investigação é de uma pesquisa básica, por se tratar de uma pesquisa das ciências sociais não aplicadas, e com um caráter de revisão do conhecimento.

Algumas palavras sobre método: como foi feita a pesquisa

O método utilizado para averiguar o atual estado da literatura sobre a situação de rua em Campinas, foi de revisão bibliográfica a partir de uma pesquisa sobre o tema dentro de duas plataformas de pesquisa científica. A primeira busca foi feita no Google Scholar, em que foi realizada uma pesquisa contendo as palavras-chave “situação de rua em Campinas-SP”, em meados do mês de outubro de 2023, em que foram encontrados vinte resultados, no total. Com essa busca, os critérios de exclusão incluíram resumos de artigos sem o texto da publicação em si, monografias, produções acadêmicas que não tratam do caso específico da vida na rua em Campinas como eixo temático, totalizando cinco dissertações de pós-graduação e dois artigos publicados. Nesses casos, todas as produções científicas foram realizadas por instituições de ensino superior. A segunda pesquisa foi realizada no Repositório de Teses da CAPES, em que novamente foram utilizadas as palavras-chave “situação de rua/ Campinas-SP”, com o operador booleano “and” separando “situação de rua” e “Campinas” para a busca. Neste segundo caso, não foi utilizada a palavra “SP” para realizar a busca principal, pelo fato de ser um especificador que limitou a pesquisa na plataforma. Com isso, a busca no Repositório de Teses da CAPES excluiu as pesquisas que não possuíam “situação de rua” em suas palavras-chave no resumo, e pesquisas que não tratavam do caso exclusivo da situação de rua de Campinas-SP como objeto de pesquisa (como no caso de estudos comparativos com outros municípios), totalizando quatro teses de mestrado e doutorado, no total. Com isso, conclui-se que foram analisadas doze produções científicas no total, dividindo-se os temas de análise por áreas do conhecimento, com enfoque nos métodos de coleta de dados e nos resultados obtidos.

A leitura dos textos foi realizada levando em conta a forma de aproximação dos pesquisadores com a temática observada, sendo situada a partir dos resumos, capítulos que envolvem a prática de pesquisa, e conclusões. Esses tópicos estão presentes no capítulo III da presente pesquisa, que diz respeito à revisão bibliográfica aqui realizada. As doze pesquisas foram organizadas considerando os campos de conhecimento ao qual pertenciam, subdividindo os itens da análise pelas duas grandes áreas do conhecimento do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico): Ciências da Vida e Humanidades. Em caso de exceção, uma tese da área da geografia foi alocada juntamente com uma tese das Ciências Sociais Aplicadas, formando assim um subtópico ligado à Arquitetura e Geografia (tópico 3.3), dentro da discussão sobre a situação de rua a partir das Ciências Humanas (tópico 3.2). Os resultados esperados da presente pesquisa são de uma sintetização dos principais métodos de coleta de dados sobre a situação de rua em Campinas.

CAPÍTULO I - CONTEXTO DA SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Neste capítulo serão abordados os aspectos conceituais, econômicos, os mecanismos de identificação e as políticas para situação de rua no Brasil, atualmente.

1.1 Conceitualização e Dados da Situação de Rua No Brasil

A situação de rua é resultado de uma série de fatores sociais que se inter-relacionam em torno de uma população economicamente próxima às classes mais baixas. Para além de motivos econômicos, a situação de rua é caracterizada principalmente por uma quebra em vínculos familiares e sociais, e ausência de moradia. Fato que nos leva pragmaticamente a analisar o termo escolhido na presente pesquisa, situação *de rua*. O termo comumente utilizado, “morador de rua”, ou “sem teto”, é em si uma designação ilógica da perspectiva das pessoas em situação de rua. Porque ao mesmo tempo que as pessoas vivem na rua, não há como qualificar a rua ou os abrigos especificamente como sua moradia, ou lar. A única certeza da situação de rua é o *status* declarado da pessoa, ao cumprir com os pressupostos estabelecidos por lei, que definem a pessoa em situação de rua como:

Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Artigo 1º/ Lei 70753)

Dentro do campo científico, Tomás Henrique Azevedo de Melo (2017) volta a elucidar a forma como a noção de situação de rua sempre foi afetado por questões morais em disputas narrativas, citando o trabalho pioneiro sobre a situação de rua no Brasil, de Marie Ghislaine Stoffels na cidade de São Paulo:

No trabalho de Stoffels (1977), a definição é constituída em um duplo movimento: do “espaço moral” ao “espaço científico”. Para a autora, “espaço moral” corresponde ao tecido social que dá fundamento à formação do conceito. Parte da dimensão moral das acusações e atribuição de características definidoras da mendicância, que revela a tendência de explicá-la considerando a visão daquilo a que se refere por senso comum. (STOFFELS, 1976, *apud* MELO, 2017, p. 67)

A itinerância é um fenômeno histórico relatado há muito tempo, como parte comum das sociedades ocidentais. Em cada período histórico mudam-se as concepções do que é a situação de rua. A exemplo disso, nesse mesmo trabalho de Stoffels “*Mendigos na cidade de São Paulo: ensaio para uma interpretação sociológica*”, a autora disserta sobre o tema usando o próprio termo *mendigo*. Nesse sentido, entende-se razoavelmente que o termo foi utilizado em consonância à noção do objeto de pesquisa, nos anos 1970, em um contexto investigativo diferente do atual. A tese de doutorado da autora, tem centralidade na “complexidade e especificidade das atividades e da ideologia característica da mendicância” (STOFFELS; citada por DE LUCCA, 2016, p. 324), utilizando dos métodos historicista e estruturalista (Ibid), para a compreensão do fenômeno da mendicância, durante o período da ditadura no Brasil. A autora utiliza de uma metodologia mais ligada ao marxismo estruturalista, considerando o saber histórico da mendicância, e o ato em si como uma prática organizada e dotada de linguagem própria. Para realizar a pesquisa na cidade de São Paulo, Stoffels utilizou a Organização de Auxílio Fraternal (OAF) como uma instituição privada, ou livre dos interesses estatais, como intermediadora para a pesquisa. Com isso, os estudos da vida na rua, e a conceitualização da temática como consequência da prática do saber, tiveram início com a tese de Stoffels.

Atualmente, também é importante caracterizar a problemática da situação de rua tendo em conta os indicadores sociais provenientes do governo, pois a figura da pessoa em situação de rua também é formada a partir de suas características coletivas, enquanto civis identificados ou não, e sobretudo como portadores de direitos na nossa sociedade.

Porém a mensuração dessa população, e identificação, conta com o fato de não haver mecanismos institucionais precisos para reportar sobre a situação de rua atualmente. Justamente por serem pessoas em situação de vulnerabilidade e que não possuem domicílios para comprovação técnica de sua existência, cada pesquisa social utiliza de uma forma relativamente imprecisa para a coleta de dados, sendo sempre a partir de amostras subnotificadas, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2023.

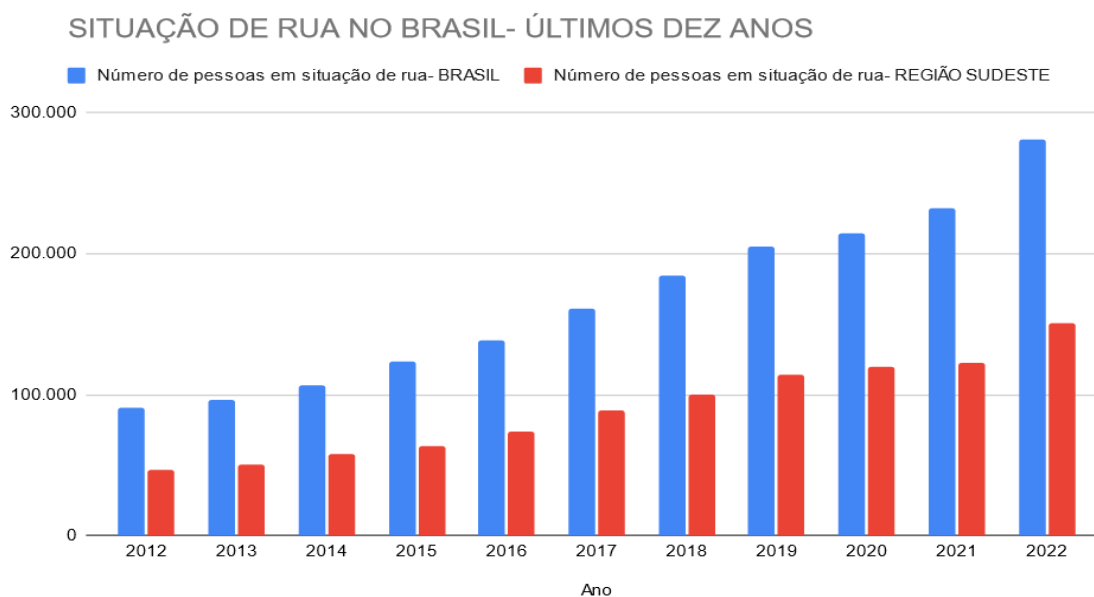
O Brasil não conta com dados oficiais sobre o número de pessoas em situação de rua. A instituição de contagem oficial desse segmento está prevista na Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), instituída pelo Decreto no 7.053/2009. Contudo, e malgrado os esforços de organizações da sociedade civil e da Defensoria Pública da União, tanto o Censo Demográfico de 2010 quanto o de 2022 seguiram o método tradicional de contagem, computando apenas a população domiciliada (NATALINO, 2023, p. 5).

A atenção à situação de rua tende a aumentar nos próximos anos, dado que é um fenômeno social que se repete em aumento quantitativo. E para compreender, ou conceituar o que se torna a situação de rua em cada contexto específico, compete à leitura crítica da ciência uma organização cada vez mais consistente dos meios de mensuração dessa população.

Uma vez que houve um aumento de 38% no número de pessoas em situação de rua entre os anos de 2019 e 2022 no Brasil- e um aumento de dez vezes nessa população nos últimos dez anos-, como constatado no relatório do MDHC (2023) citado anteriormente, essa situação se faz urgente por conta dos impactos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) na economia e na vida dos trabalhadores precarizados no Brasil, especialmente por conta da diligência do governo Jair Bolsonaro. Mas essa realidade constatada tem sido mensurada desde antes da pandemia, uma vez que os números indicam um aumento substancial na população em situação de rua desde 2015, em que o número dos atendimentos a essas pessoas por meio do Cadastro Único já demonstrou um aumento.

A quantidade de pessoas em situação de rua é relacionada à capacidade de atenção e acolhimento a essa população pelos serviços públicos nas cidades. No caso da região sudeste, essa variável também está ligada à concentração demográfica da população na região, que possui cerca de 84.847.187 habitantes. Mas por outro lado, a discrepância nesse número é alarmante pelo fato de ser uma região economicamente desenvolvida, e muito mais abastada que outras. Apenas o estado de São Paulo foi responsável por uma produção de 2,7 trilhões de reais no PIB, cerca de 30% do valor nacional em 2021, segundo o IBGE³. O próprio estado de São Paulo, por sua vez, possui cerca de 44.420.459 de pessoas em situação de rua, sendo 40,3% de todas PSR no Brasil. “Em números absolutos, o Sudeste conta com o maior quantitativo de pessoas em situação de rua cadastradas, alcançando 145.689, em dezembro de 2022, o que representa 62% do total do país.” (Relatório MDHC, 2023, p.16). De maneira geral, esses números evidenciam a desigualdade estrutural na região sudeste. No gráfico seguinte, podemos analisar o crescimento da população de rua na região sudeste e no Brasil. É notável que o número de pessoas em situação de rua no sudeste costuma ser maior que metade dessa população no Brasil inteiro, nos últimos dez anos.

³ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

Gráfico 1- Situação de rua no Brasil nos últimos dez anos

Fonte⁴: Elaboração própria, a partir de dados da nota técnica da Estimativa da População de Rua do IPEA (2012-2022), publicado em 2023.

A respeito disso, segundo o relatório do MDHC (2023), as pessoas em situação de rua são contadas por meio do Cadastro Único, que é um cadastro realizado nos bancos de dados do ministério público, em atendimentos para solicitação de serviços sociais e de saúde. Isso significa que a condição mínima para que uma pessoa em situação de rua seja registrada (ou existente) é que ela própria entre em contato com o serviço público. Isso se dá pelo fato de que os dados censitários registram as pessoas por meio das unidades domiciliares, mediados pelas famílias. A situação de rua, por sua vez, é caracterizada primordialmente pela quebra desses dois tipos de vínculos. Logo, existem os chamados “censos da situação de rua”, que partem do poder dos municípios para a contabilização das pessoas em situação de rua nas cidades. Se tratando dessa situação, muitas pessoas em situação de rua são analfabetas, ou pessoas com limitações físicas e psicológicas, que os distancia do acesso a qualquer sistema público de serviço. Ou seja, o problema da situação de rua é verdadeiramente subnotificado no Brasil, mesmo com todo o aumento registrado nessa população, ainda falamos do número de pessoas que tiveram condições de recorrer ao Estado. Com isso, conclui-se, que o aumento no número

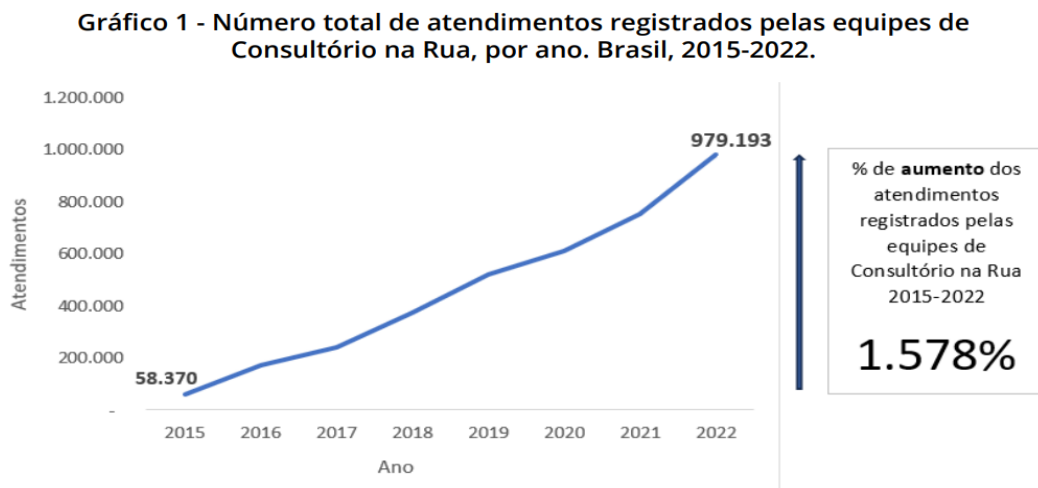
⁴ Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf

de atendimentos no Cadastro Único não diz respeito estritamente à quantidade de pessoas em situação de rua, pois não é um dado quantitativo do número de pessoas que vivem nas ruas, mas sim um indicador que pode evidenciar um aumento nessa população, a partir da adesão ao serviço público pelas mesmas.

O Gráfico abaixo diz respeito ao número de atendimentos realizados pelo serviço do Consultório na Rua entre os anos de 2015 e 2022, demonstrando um aumento significativo na demanda pelo serviço. Essa hipótese também evidenciou um aumento da população em situação de rua, que foi ratificada pelas estatísticas demonstradas anteriormente.

Gráfico⁵ 2- Número total de atendimentos registrados pelas equipes de Consultório na Rua, por ano. Brasil 2015-2022:



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB).

FONTE: – Ministério dos Direitos Humanos - Relatório da Situação de Rua, 2023.

Essa questão ganha mais notoriedade, novamente, por meio da perplexidade, considerando que em julho de 2023, 221.113 pessoas inscritas no Cadastro Único encontravam-se nessa situação, o que significa aproximadamente uma em cada 1.000 pessoas” (*Ibid*). Como forma de resposta a todo esse cenário, o governo Luis Inácio da Silva instituiu o Plano de Ação e Monitoramento para a Política Nacional Para Situação De Rua (PNPSR), com a liberação de uma verba de aproximadamente um bilhão de reais, para atualizar e efetivar a política anterior. Com isso, a última atualização da PNPSR foi anunciada por meio do “Plano Ruas

⁵ O gráfico está sinalizado como gráfico 1 no relatório do MDHC, mas vale-se por Gráfico 2, sinalizado na presente pesquisa.

Visíveis” em 2023, sendo essa uma forma de investimento na redução da pobreza extrema a partir do uso de recursos institucionais.

1.2 As variações da Política Nacional Para Situação De Rua (PNPSR)

O decreto que estabeleceu a definição e as diretrizes para uma política para a população em situação de rua foi o Decreto nº 7053, que instituiu a política nacional para a população em situação de rua em Dezembro de 2009. Passados mais de dez anos da formulação deste decreto, alguns dados alarmantes com relação à adesão dessa política escancaram parte das lacunas no desígnio da PNPSR, uma vez que

até 2020, apenas cinco estados (Distrito Federal, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco) e 15 municípios (São Paulo (SP), Goiânia (GO), Curitiba (PR), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), Rio Branco (AC), Uberaba (MG), Recife (PE), Passos (MG), Novo Hamburgo (RS), Foz do Iguaçu (PR), Serra (ES), Juiz de Fora (MG), Fortaleza (CE)) aderiram à PNPSR. Portanto, em 12 anos, a política ainda não conta com a adesão da grande maioria dos entes federativos descentralizados. (ADPF 976, 2022, p. 16)

Em 2015 o Ministério dos Direitos Humanos instituiu um plano de contingência para reduzir os índices de pessoas em situação de rua em todo território nacional, o Plano de Ação e Monitoramento pela Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Mesmo com a promulgação do plano de contingência, ainda foi constatado um aumento do número de atendimentos das pessoas em situação de rua no Cadastro Único, cuja população não foi mensurada nos anos em sequência, em nível nacional. Partindo disso, foi necessário que outras ações de monitoramento desta população fossem praticadas nos anos posteriores.

A deliberação do STF que precedeu a reconsideração e monitoramento do decreto Nº7053 (2022) estabelece como uma das diretrizes a “proibição do recolhimento forçado de bens e pertences, assim como a remoção e o transporte compulsório de pessoas em situação de rua.” (Ibid)

Plano Nacional – A medida cautelar da ADPF 976 do STF apontou uma série de providências a serem adotadas pela União e pelos executivos estadual e municipal em todo o país. Além do prazo de 120 dias para o planejamento e a implantação de um plano de ação que atenda às necessidades básicas de sobrevivência e dignidade da

população de rua, a decisão orienta a observância de três eixos de atuação: evitar a entrada nas ruas; garantir direitos enquanto o indivíduo está em situação de rua; e promover condições para a saída das ruas. (MPF-MP, Rio de Janeiro, 2023).

Com isso, a última atualização da PNPSR foi anunciada por meio do “Plano Ruas Visíveis” em 2023, sendo essa uma forma de investimento na redução da pobreza extrema a partir do uso de recursos institucionais. Para além das metas estabelecidas dentro de cada setor da política, um dos objetivos requisitados dentro do plano ruas visíveis, novamente é o acompanhamento sistemático e a observância da situação de rua por parte de todos os entes federativos, uma vez que foi novamente evidenciado que “desde o lançamento da PNPSR em 2009, o nível de adesão à Política foi baixo, contando apenas com 18 municípios, seis estados e o Distrito Federal até 2023”. Isso reflete a forma como o Brasil é um país relativamente inexperiente na gestão de políticas para essa população, sendo o monitoramento da população em situação de rua um tópico que passa por desafios estruturais e sócio-políticos.

Por meio das mudanças na PNPR, também foi homologado o decreto que regulamenta a chamada Lei Padre Júlio Lancellotti (Lei nº 14.489/2022), lei essa que proíbe o uso de arquitetura hostil em cidades em centros urbanos de todo o território nacional, sendo essa uma prática que corresponde a outros tipos de violência institucional cometidas pelo Estado, pois, segundo o ministro do STF Alexandre de Moraes,

“É possível vislumbrar que a aporofobia também pode se concretizar em atos estatais diversos das construções hostis, como apreensões de meios de vida e material de trabalho, destruição de pertences e abordagens agressivas, atos estes muitas vezes praticados por agentes do Estado. Assim, o contato dessas pessoas com o Estado assume uma característica higienizadora e de criminalização”, afirmou o ministro na decisão. (Jornal G1, Outubro de 2023).

A política para as pessoas que vivem nas ruas é organizada muitas vezes por movimentos sociais, e instituições da sociedade civil. Como foi exemplificado, no caso da OAF, ou de ações realizadas pelo MST, como no caso da requisição de cumprimento dos direitos constitucionais, supracitada pela ADPF 6976. A partir disso, também é notável que as políticas

⁶ Disponível em:

<https://www.google.com/url?q=https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF976MC1.pdf&sa=D&source=docs&ust=1705766559743179&usg=AOvVaw3JFRHnronqwEQKpbfQRnda>

para combater a desigualdade, são, e devem, ser realizadas em conjunto com pessoas que vivem e trabalham com a vida na rua.

No âmbito acadêmico, o ângulo de análise dos marginalizados como objeto de ação política, se intersecciona com a obra de Tomás Henrique Azevedo de Melo (2017), pois considera a realidade histórica pela perspectiva do oprimido como um agente político ativo e organizado. Em “Política dos Improváveis” Melo discute a formação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), e os fatos históricos que antecederam a formação do MNPR. Especificamente, o massacre na praça da Sé em 2004 “foi o evento que precedeu como estopim para as pessoas em situação de rua” (MELO, 2017, p. 31), a organização de um movimento social que englobasse as pessoas em situação de rua, ex-moradores de rua, trabalhadores sem teto no ano de 2005. Melo afirma que parte das instituições que contribuíram com a construção de uma articulação política foram as igrejas, que ao organizar eventos com a (Organização de Auxílio Fraternal (OAF) de São Paulo, foi possível produzir redes de relação mais próximas entre os voluntários e as pessoas em situação de rua, que protagonizaram a criação do debate político a partir da troca de experiências pessoais. Dessa forma, foi possível que se estabelecesse um movimento social autônomo das pessoas em situação de rua, e que pudesse se desenvolver a partir de uma participação entre os atores envolvidos no processo de execução das atividades da OAF. Esse é um exemplo que também ilustra a forma como as políticas públicas têm o potencial de mudar a história das populações marginalizadas, tanto pelo caráter assistencialista como pela subjetividade da relação direta entre os agentes públicos com a população atendida

CAPÍTULO II – UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE CAMPINAS

Este capítulo apresenta a contextualização histórica de Campinas, sua trajetória em termos de desenvolvimento urbano revisto por diversos autores, a desigualdade social e sobrevivência nas ruas e a vasta gama social dentro do ambiente urbano.

2.1 - Contextualização Histórica

Ao pensar o espaço urbano, há de se considerar a formação histórica da cidade como parte do processo de consolidação geográfica e demográfica do ambiente que produz o fato social. No caso de Campinas, sua primeira origem está ligada ao fato de ser uma região estratégica para comércio e escoamento da produção canavieira, durante o período colonial. Segundo José Roberto do Amaral Lapa (1976) parte do conhecimento que pode ser abstraído da realidade sócio histórica de Campinas é ligado à realidade material dos primeiros ocupantes da zona rural da cidade, que a partir de sistemas mais fechados de trocas entre proprietários rurais, chegaram a determinar um sistema cristalizado de hábitos e valores em relação à economia existente e à vida comunal, que dessem em consequência, por sua vez, a hesitação, quando não resistência às mudanças econômico-sociais que o açúcar estava colocando (Lapa, 1976). Embora o próprio historiador confirme - no momento da obra citada anteriormente - que havia pouca historiografia que corrobore com exatidão, por exemplo, o retardamento à abolição da escravidão durante o final do século XIX, o próprio menciona que Campinas oferece temas de história social de grande relevância, e que os outros temas relacionados à ideologia, comportamento político, compromissos, sistemas de valores, e ação intelectual, são parte de um universo social a ser reconstituído (LAPA, 1976). Ainda dentro da temática da historiografia dos marginalizados, Kleber Amâncio investiga justamente a partir de uma história que flerta com a microstoria, história social e etnografia (AMÂNCIO, 2010) a forma como os ex-escravos exerciam sua vida cotidiana na região de Campinas durante as primeiras décadas do século XX. Para isso, o autor utilizou de registros oficiais de processos civis de ex-escravizados e registros da vida pessoal dos mesmos, com os quais se abstrai detalhes da vida dos marginalizados como sujeitos que, para além de vitimizados pela sociedade e pelo próprio campo epistemológico, eram agentes ativos e com maneiras próprias de sobrevivência e alcance de objetivos pessoais.

A respeito desses modos de sobrevivência, o autor descreve em partes a visão dos ex-escravizados sobre a forma como eram as relações em Campinas, que traduz a cultura da burguesia local a partir dos próprios aparelhos do Estado. Embora a cultura local seja um fator comum para as análises políticas de pequenas governanças, essa variável nos leva a um fato histórico relevante na história de Campinas, que foi a lei da restrição à mendicância (em maio de 1889). Essa lei era parte das políticas de restrição à vadiagem, que se relaciona com o projeto de higienização social no Brasil do final do século XIX.

Com isso, a trajetória do desenvolvimento urbano de Campinas é um tema revisto por diversos autores (AMÂNCIO, 2010), (LAPA, 1976), (MEIRELLES, 2015) que procuram compreender o recorte social da desigualdade da cidade, atualmente. Os pesquisadores procuram captar os pontos chave na história da cidade, que ajudam a explicar a forma como as relações são concebidas em um território político, cujas ações públicas dependem de elites que residem no poder público. Lapa, sendo uma das referências mais notórias acerca do tema, argumenta que a primeira fase da história da cidade, já mencionada, foi de um território agrário e colonial, que favorecia comercialmente alguns migrantes que passavam por esse ponto estratégico, no século XVIII (LAPA, 1976). A segunda fase foi a imperial, que possuía um sistema de autoconsumo de subsistência e uma organização do trabalho com sistemas de trocas locais proeminentes, em sintonia com a transição do comércio de cana de açúcar para o Café. Na terceira fase, começa a ser estabelecido um território urbano, com camadas sociais mais delineadas ocupando os espaços na cidade povoada. Essa parte da tese de Lapa (1976) reconstrói parte da concepção dos *valores* que eram cultivados por essa sociedade insurgente, considerando a forma como as políticas eram destinadas à população empobrecida e marginalizada, que compunha os ex-escravos libertos e imigrantes que vinham tentar a vida na região. A origem do povoamento dessa região está diretamente ligada às políticas de incentivo para habitação das terras, do território antes chamado de Vila São Carlos, que hoje chamamos de Campinas.

Juliana Gesuelli Meirelles (2015) esclarece que a capitania de São Paulo exigia um polo de investimento em produção agrícola para exportação, e a região que antes era descartada pela coroa portuguesa, passou a ter valor mercantil, por ser uma região habitável com fornecimento de serviços.

Ressuscitar a Capitania de São Paulo foi um projeto político que ia muito além da dinamização econômica da região. Em uma localidade de população escassa, o povoamento através da formação de famílias aparecia como uma questão absolutamente essencial (MEIRELLES, 2015, p. 43).

Nesse sentido, as camadas sociais formadas compunham artesãos, prestadores de serviço e outros trabalhadores, que ocupavam outras posições sociais no que viria a ser Campinas. Observa-se que a cidade foi formada com o intuito de cumprir com a demanda de exportação dentro do território das capitânias.

Nesses primeiros 40 anos de explosão do açúcar em Campinas, Eisenberg (1989) chama atenção para duas mudanças centrais na sociedade: o nascimento de uma estrutura social mais diversificada e o lento, mas definitivo, crescimento de uma população urbana. Para além do aumento no número de escravos, surgiu um grupo considerável de pequenos artesãos e artífices, exercendo um amplo leque de atividades com outras matérias-primas que não a cana-de-açúcar. Também surgiu um número quase equivalente, de pessoas dedicadas à prestação de serviços, o que determinou uma sociedade mais complexa, em que a divisão do trabalho se tornou mais visível e acentuada. (EISENBERG, 1989; *apud* MEIRELLES, 2015, p. 43).

A transição para a urbanização dos espaços públicos é posterior ao auge da produção cafeeira, no século XIX, em que a cidade é construída considerando os estilos de vida adjacentes das camadas sociais presentes. Desde trabalhadores do setor de serviços até os chamados “indigentes”, compunham o espaço público do centro da cidade. “O centro da cidade abrigava tanto pessoas das camadas sociais da burguesia quanto as das classes operárias que, na maioria das vezes, viviam em cortiços espalhados pelas ruas centrais” (RICCI, 2005 *apud* LOPES E MENDONÇA, 2009, p. 45). Nessa linha teórica, outro estudo paralelo na sociologia urbana, que utiliza do tema das pessoas em situação de rua em Campinas, é o “História e Habitação: cidadania e a questão social da população de rua em Campinas/SP” de Doraci Alves Lopes, e Ana Paula Mendonça (2009), em que as autoras utilizam do método de registrar as histórias de vida das pessoas em situação de rua, para construir um panorama explicativo dos motivos que estavam conduzindo as pessoas à rua.

2.2- A Desigualdade em Campinas

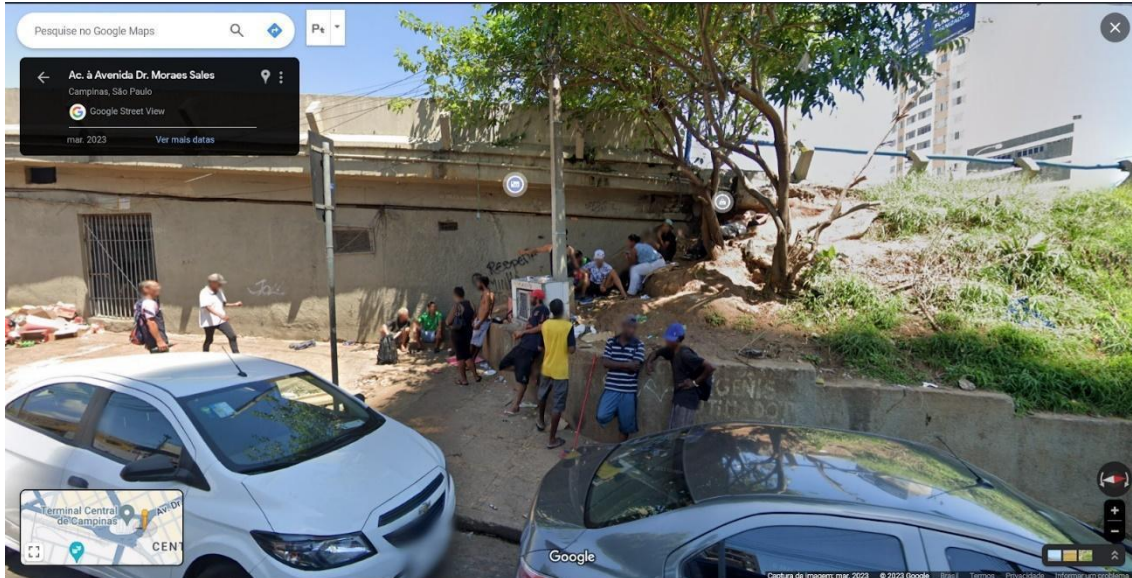
O censo demográfico de 2022 constatou que a população de Campinas é de 1.138. 309, 00 sendo o décimo quarto município mais habitado no Brasil, e com a média salarial da população de 3,8 mil reais por mês (que o posiciona em sétimo município com maior salário médio no estado de São Paulo). Essas estatísticas demonstram parte da dimensão socioeconômica da cidade, em que a extensão territorial e social autoriza a tratar de um município grande, e com uma vasta gama social dentro do ambiente urbano. Campinas é uma

cidade com PIB elevado e um dos principais centros urbanos e econômicos do estado de São Paulo. Mas o que isso significa, diante do número de 2.547 de pessoas que vivem nas ruas? A direção do desenvolvimento sociodemográfico trouxe a designação da cidade como uma *metrópole* pelo IBGE em 2020, também por ser um polo tecnológico e de desenvolvimento no país. Assim como no caso citado do estado de São Paulo, cabe observar quais são as possíveis causas da situação de rua na cidade, enquanto um problema de desigualdade estrutural. O estudo de Giuliana Oliveira (2022), que será revisado no próximo capítulo, descreve por meio dos estatutos legais, os meios de invisibilização das pessoas em situação de rua na cidade, partindo do estudo de Cunha e Rodrigues (2009), como teorias que ajudam a conceituar as causas dessa questão.

Entre os problemas apresentados como origem da situação de rua, encontram-se as desavenças familiares, o deslocamento em busca de trabalho, a impossibilidade de aquisição de moradia, a condição do trabalho informal, a falta de escolaridade ou o uso de entorpecentes; como consequência, podemos citar o espaço público como local para realização de higiene pessoal, a alimentação débil e insuficiente, o tempo de permanência nas ruas induzindo sua continuidade e a discriminação em diversos tipos de estabelecimentos, inclusive dos órgãos públicos (CUNHA; RODRIGUES, *apud* OLIVEIRA, 2022, p. 23)

Partindo dessas causas, a sobrevivência nas ruas parte da possibilidade de utilização do espaço público como ambiente que provém subsistência para essas pessoas. Os espaços públicos que provêm maior oferta de serviços públicos próximos, fluxos de pessoas que podem oferecer amparos ou esmolas, comércio de entorpecentes, áreas cobertas, e alimentos. Com isso, possuem uma maior concentração de itinerantes. O centro de Campinas é adotado, especialmente, como recorte de pesquisa por autores que estudam a vida na rua da cidade (OLIVEIRA, 2022) (LUSVARDI, 2019) (RUI, 2012) (ODA, 2019), por ser observado empiricamente como um dos lugares que concentram a desigualdade da cidade em um fluxo contínuo de pessoas, e com isso, socializações.

Imagem 1 – Fotografia da vida nas ruas do centro de Campinas.

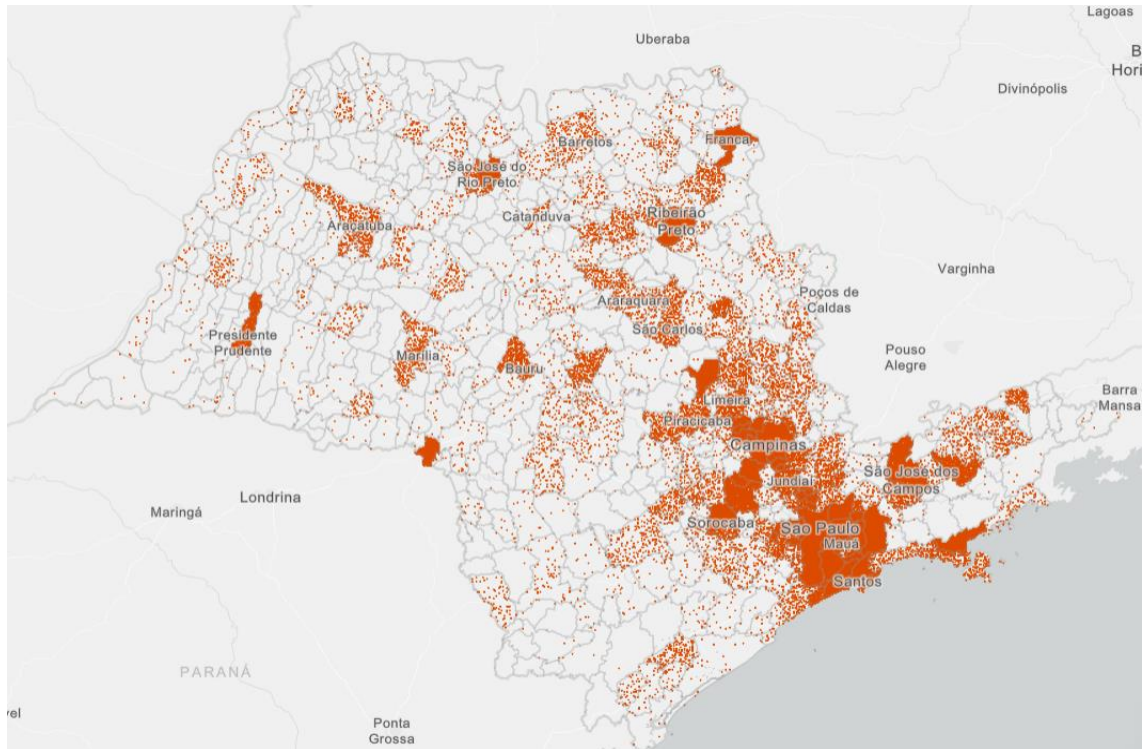


Fonte: Google Maps

Localização: Avenida Dr. Moraes Sales

A região do viaduto Miguel Vicente Cury e da Avenida Dr Moraes Sales, por exemplo, podem ser observadas por pessoas que passam pelo terminal central como zonas que podem oferecer perigo, por concentrar muitos usuários de substâncias e pessoas que recorrem à criminalidade. Porém, essa questão não se concentra especificamente na região central de Campinas, havendo muitas pessoas em situação de rua em diferentes locais de todo o perímetro urbano de Campinas, e sua zona metropolitana. A respeito disso, ressalta-se a necessidade de haver recortes de pesquisa (acadêmicas, mas sobretudo por parte da gestão municipal) que observem o quadro da vida na rua em um contexto mais amplo, que envolva maior parte do perímetro urbano da cidade. A exemplo disso, o mapa a seguir ilustra a concentração de pessoas em situação de rua no estado de São Paulo, evidenciando o aumento demográfico na região que mais concentra o povo nas ruas do Brasil.

Imagem 2-⁷ Mapa da situação de rua no estado de São Paulo



Fonte- Observatório de Direitos Humanos, 2023.

⁷ Os pontos alaranjados descrevem as localizações geográficas a partir da incidência da situação de rua, com base em unidades municipais, no mapa do estado de São Paulo. Os pontos não possuem localização exata no mapa, funcionam com fins ilustrativos.

CAPÍTULO III - OS TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM CAMPINAS

O presente capítulo explora e revisa os trabalhos acadêmicos que possuem a situação de rua em Campinas como objeto de pesquisa. No total foram revisados doze trabalhos acadêmicos, sendo estes subdivididos por campos do conhecimento, os quais todos foram realizados ligados a programas de pós-graduação.

3.1 A Situação de Rua a Partir da Saúde Pública

O presente estudo observa as investigações de Justino (2021), Dias (2019), Malfitano (2008), e Lusvardi (2019) como uma parte notavelmente importante na epistemologia que trata sobre a situação de rua em Campinas pela perspectiva da saúde pública. O estudo de Jonathan Justino, o mais recente dentre os três, explora uma temática muito debatida no escopo da desigualdade atualmente, que é a da visibilidade trans na situação de rua. Um dos fatores de causa, que explicam o maior número de pessoas trans em situação de rua, é o fato de passarem por um processo sistêmico de marginalização na sociedade brasileira. As estatísticas trazidas pelo autor, sugerem que há uma lógica interseccional no processo de marginalização dessa população, ao haver maior incidência em casos de violência e exclusão com pessoas de grupos de vulnerabilidade social.

A estimativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos. Esta é uma média que vai diminuindo conforme os marcadores que constituem a pessoa se mostram presentes nas cicatrizes que ela carrega em seu corpo. Ser negra, mulher trans ou travesti, periférica ou favelada, do interior, faz esta média cair muito. Corpos trans não são apenas trans, são negros, gordos, de pessoas com deficiência, intersexo, pessoas vivendo com HIV+ e todas as outras identidades que carregamos. Esses marcadores nos expõem ao risco aumentado de violência, principalmente ao assassinato (JUSTINO, 2021, p. 19)

Nesse sentido, observa-se que o corpo trans/trava é sujeito a uma tendência determinante enquanto padecente das estruturas de poder hegemônicas, sendo o corpo um meio de propagação da resistência socioideológica por si, e enquanto objeto passível da generificação, sendo esse um fenômeno que norteia seu comportamento de forma essencialmente binária.

Todavia, os gêneros, assim como o sexo, se relacionam a critérios de verdade constituídos no tempo, instituídos em um espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. Os efeitos do sexo-gênero se produzem pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero (9) (JUSTINO, 2021, p. 36).

A partir disso, o autor se inscreve em uma análise profunda sobre os fatores constitutivos da subjetividade do que é ser transsexual no Brasil, especificamente no que tange à situação de rua em Campinas. As ferramentas de análise são principalmente a análise do discurso, a arqueogenealogia, compreendidas através de uma pesquisa de campo que partiu de instituições assistencialistas em Campinas. Partindo de um problema de pesquisa dessa natureza, a genealogia se faz uma ferramenta muito útil em diversos aspectos, destacando-se o foco nas relações de poder, a não linearidade histórica para a construção da realidade social, e a desconstrução da narrativa tradicional histórica. Nesse sentido, a questão de gênero é uma variável a ser explorada em muitos aspectos que envolvem outros fatores interseccionais, como a juventude, a renda, a cor, a sexualidade e a corporificação. Além da discriminação sistêmica, a marginalização é um fenômeno que é marcado principalmente pela normatividade enquanto mecanismo regulador da participação dos indivíduos na vida social. Para tanto, os debates teóricos que procuram explicar a situação de rua enquanto fenômeno crescente, observam as causas a partir de dois eixos principais. O primeiro, é o da situação de rua como um fenômeno demográfico e de desigualdade econômica, e outro, um problema de marginalização relacionado ao adoecimento psíquico generalizado dentro das cidades. A compreensão do adoecimento psíquico é vista por meio da perspectiva da saúde no que tange ao abuso de substâncias, uso de entorpecentes, dependência química nas cidades e degradação da saúde mental da população. Essa temática abrange até as pessoas com deficiência que são abandonadas ou incompreendidas nos meios sociais, lhes restando apenas a rua como um abrigo distante das expectativas dos ambientes sociais.

Essas normas de gênero são a nós precedentes e atuantes de expectativas performáticas designadas em obrigadoriedades, contudo, alguma coisa nesse caminho pode vir a dar —erradoll e se desviar dos esquemas pré-definidos pela heteronormatividade regulatória. (JUSTINO, 2021, p. 49).

Nesse sentido, a pesquisa de Justino também é uma pesquisa qualitativa, e assim como outras pesquisas a serem mencionadas, utiliza da etnografia em pesquisa de campo, com

entrevistas e observação participante. Os estudos analisados indicam que as pesquisas qualitativas têm ganhado espaço no meio acadêmico, em temas da saúde pública, no que tange à metodologia utilizada para coletas de dados por meios de instituições. As instituições que possibilitaram a pesquisa de Justino foram o Consultório na Rua e a Casa sem Preconceitos.

Os conceitos foucaultianos são trazidos novamente como aporte teórico para a tese de Thiago Lusvardi, que produz seu estudo a partir da subjetividade percebida em interações com pessoas atendidas nas redes do Consultório na Rua (CnAR) pelo estudo da genealogia da subjetividade. A genealogia da subjetividade é um conceito introduzido por Foucault, que descreve a forma como as noções construídas a partir da psicologia, sexualidade e medicina (como práticas institucionais), construíram a noção do que é ser o sujeito, em suas diferentes existências contemporâneas. Dessa forma, o autor critica noções teleológicas, como a marxista, de que a noção de indivíduo é ligada a um percurso histórico inevitável, partindo das relações de produção ou de dominação.

A complexidade das relações de poder são expressas a partir dos dilemas compreendidos nos casos que envolvem a relação do sujeito consigo mesmo, disputas territoriais e abuso de substâncias. O diário de campo e os relatos do pesquisador acontecem em oficinas culturais realizadas nas redes de Consultório na rua. A arte e as interações dos usuários com os meios, a partir de noções mais desconexas da medicina e da própria psiquiatria clínica, evidenciam que as noções do problema de abuso de substâncias pelas pessoas em situação de rua estão relacionados a outros fatores que impulsionam sua existência entre a subjetivação e o abismo (LUSVARDI, 2019).

Em uma aproximação daquilo que denominamos a subjetividade do usuário de drogas, saberes e forças que movimentam de forma prática o território. As relações que os usuários estabelecem com tudo ao seu redor, e especialmente consigo próprios, emergem, demonstrando a complexidade do tema drogas, e o quanto a droga é apenas um fator, dentre tantos outros, eleito como justificativa para a marginalização e patologização de uma existência (LUSVARDI, 2019, p. 95).

A profundidade dessa problemática pode ser observada no início do primeiro capítulo, em que o autor descreve uma interação com uma família que vive na rua, e vê seus filhos pequenos brincando em oficinas de arte e terapia ocupacional em uma sede do CnAR, mas não se acalma com a situação perante a possibilidade de perderem a tutela das crianças para o Estado. Ou seja, mesmo em um momento lúdico de interação, a vida na rua possui entraves e

barreiras profundamente angustiantes, que os impedem de construir relações saudáveis psíquicas e corporais.

Outra pesquisa que corrobora com isso é a pesquisa de Thaís Machado Dias (2019), em que a autora estuda o cuidado com mulheres gestantes em situação de rua em Campinas, a partir da clínica e atendimento nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). A autora enfatiza a complexidade desse percurso de pesquisa e do cotidiano de trabalho, indicando que há experiências e experimentações para as quais a escrita pode ser insuficiente. O texto apresenta a pesquisa como qualitativa em saúde, explorando o campo da experiência da vida. Além disso, o texto destaca a influência da etnografia como uma metodologia qualitativa, mencionando seu pioneirismo e o uso do Diário de Campo. Há uma discussão sobre a evolução da pesquisa qualitativa, desde os estudos de processos sociais na década de cinquenta até as mudanças paradigmáticas, especialmente a noção de implicação. A autora questiona a objetividade na pesquisa qualitativa, citando críticas de Denzin sobre como essa abordagem pode reproduzir relações coloniais. Destaca-se a importância da pesquisa-intervenção como uma ferramenta de transformação da realidade, invertendo a lógica tradicional de "conhecer para transformar" para "transformar para conhecer". A escrita é apresentada como um exercício de "escrita de si", alinhado novamente à noção foucaultiana, e a metodologia é descrita como uma construção coletiva durante a pesquisa, adaptando-se às necessidades do tema. A autora destaca a importância do diário de campo como uma forma de cartografar a subjetividade, considerando a ideia de uma "heteroautobiografia", onde a narrativa fala de si ao falar do outro, e vice-versa.

De acordo com Denzin e Lincoln (9) a palavra qualitativa implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades, sobre processos e significados que não são examinados ou medidos experimentalmente em termos de quantidade ou frequência. Esses autores ressaltam que a competência da pesquisa qualitativa é o mundo da experiência da vida. É exatamente neste campo da experiência da vida que esse trabalho adentra ao discutir esse percurso como profissional no atendimento às gestantes em situação de rua e/ou uso abusivo de drogas e o governo de condutas de mulheres nas ruas (DIAS, 2019, p. 34)

Nesse fio condutor, as temáticas que envolvem a situação de rua em Campinas exploram principalmente a saúde pública à partir da temática dos grupos e população de risco, sendo a última autora analisada no presente tópico, a Ana Paula Malfitano (2008), que em sua tese estudou a situação de rua a partir das políticas e programas sociais de atenção à juventude em Campinas. Em todos os três casos citados, nota-se que as autoras (e o autor) escolhem por perspectivas que envolvem o trabalho de campo por meio da aproximação direta com a população em situação de rua, sendo o relato das pessoas em situação de rua uma parte comum na concepção do tema trabalhado, e as trajetórias de vida, um fator chave para a compreensão de toda a problemática que envolve essas pessoas na cidade.

Partindo disso, a tese de Ana Paula Malfitano (2008) se desenvolve a partir da perspectiva das políticas públicas, e partindo da conceitualização do estado capitalista como um precursor da produção de desigualdades, em que a exclusão social do universo do trabalho, e conseqüentemente do regime de acumulação, é uma variável determinante na formulação de políticas públicas para as classes populares, sendo as políticas sociais para as pessoas em situação de rua. resultantes de um processo sociopolítico que é determinado pelos gestores estatais.

O conceito de grupos populares urbanos, utilizado neste estudo, circunscreve-se na estrutura da divisão social do trabalho, entendendo-se como “populares” aqueles advindos dos grupos de “trabalhadores”, ou seja, os agentes que, nas práticas sociais de trabalho, ocupam um lugar determinado na esfera econômica, pois dependem da venda de sua força de trabalho (MALFITANO, 2008, p.18).

A pesquisa que se propõe a analisar a execução de políticas prioritárias para a população em situação de rua em Campinas, com foco na infância e juventude. As motivações iniciais da pesquisa derivam das inquietações profissionais sobre os limites e possibilidades dessas políticas quando declaradas oficialmente como ação prioritária. A gestão municipal de Campinas elegeu a infância e juventude como prioritárias, resultando na criação de programas concretos de intervenção.

As questões norteadoras da pesquisa incluem a análise das ações produzidas, dos temas abordados, das dinâmicas dos serviços, das aproximações e distanciamentos nos discursos e práticas dos gestores, técnicos e usuários, além da avaliação da efetiva inovação sociopolítica implementada. A pesquisa acompanha a tentativa de tessitura de uma rede de serviços, observando sua dispersão e enlaces na construção de uma discussão pública sobre o lugar social de crianças, adolescentes e jovens nas políticas sociais. No contexto contemporâneo, a categoria juventude ganha destaque, sendo abordada por diferentes interfaces e compreensões. O texto destaca que a possibilidade de um grupo ser considerado "necessidade humana" e incorporado nas demandas estatais depende de sua entrada na agenda política. A construção dessa categoria, por sua vez, passou por uma reivindicação histórica de movimentos civis no Brasil, uma vez que boa parte da população trabalhadora no século XIX no Brasil era criança, e para que houvesse uma categorização institucional dessas pessoas no espaço público, houve uma série de políticas focais que deram início à ideia social de intervenção pública. Essa noção foi diretamente associada à delinquência, pobreza e delito. O abandono infantil nas cidades se demonstrava como um problema latente, ao passo que as mães que não tinham condições de

prover cuidado a essas crianças, também passaram a ser vistas no contexto social como parte da necessidade de cuidado e atenção, sendo esse um fato histórico que posicionou a mãe como parte da gestão ao atendimento à família (MALFITANO, 2008, p.27). Esse ponto corrobora com o relatório da ONU sobre a situação de rua, em que é descrito que mulheres têm menor propensão à situação de rua, justamente por estarem em situações de maior vulnerabilidade com relação aos homens, em situações de gravidez e sobre a responsabilidade de crianças, que por sua vez, também são pessoas com maior risco de vulnerabilidade na situação de rua.

Os homens solteiros viverão na rua ou em abrigos, por exemplo, enquanto que as mulheres com filhos buscarão outras alternativas, como a família ou amigos, para evitar as graves repercussões da vida na rua, incluindo a violência e o sequestro de crianças. (Relatório ONU- Situação de Rua, 2015, p. 4).

Apesar de haver uma política mais sólida de tutela sobre as crianças como pessoas em vulnerabilidade, a entrada das crianças em situação de rua na agenda política não garante a execução efetiva dos objetivos planejados, revelando um hiato entre intenções e ações. O campo de estudo realizado por Malfitano evidencia restrições e possibilidades na atenção à infância e adolescência em situação de rua, apontando desafios e complexidades na intervenção política contemporânea. Destaca-se a necessidade de novos serviços, ações, metodologias e inovações que considerem a dinâmica e multiplicidade das categorias infância, adolescência e juventude. O capítulo conclui com narrativas sobre a vida após a participação nos programas, destacando diferentes trajetórias.

Com isso, nota-se que a temática da vida na rua em Campinas é um campo do conhecimento amplamente abordado pela área da saúde pública, em estudos qualitativos, que possuem sobretudo um direcionamento teórico com coleta de dados que incluem experiências de vida, análise da experiência em campo, etnografias, e pesquisas a partir de instituições de assistência social da rede municipal.

Seriam os princípios das Ciências Médicas um fator chave para essa aproximação entre os profissionais da área da saúde e a situação de rua? Segundo Foucault (1979), o aparecimento da medicina social possui dois pontos de partida mais pertinentes a essa temática, enquanto questão histórica. A temática em si, antes de tratar do povo da rua, é sobre o controle populacional a partir da tutela do Estado, e como parte do Estado. Primeiramente, o autor argumenta que o surgimento da medicina social é um fenômeno que representou a coletivização do cuidado com o corpo das pessoas, como parte de uma *biopolítica* de controle e participação da força estatal na vida privada. Nesse sentido, a saúde na modernidade passa a ser parte de

um fenômeno que foi na contramão da individualização do capitalismo, pois a cura é compreendida enquanto parte da efetivação do controle das pessoas enquanto força produtiva, de trabalho. O conceito de biopolítica e biopoder é amplamente adotado em estudos críticos das Ciências Sociais, partindo do preceito de que

Com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto, que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu na sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica, a medicina é uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 1979, p. 80)

A explicação que justifica a necessidade do surgimento da medicina social a partir do controle populacional por parte do Estado, leva o estudo de Foucault a explorar a aplicabilidade da medicina social a partir de seu uso na cidade, no ambiente urbano. Esse uso está diretamente relacionado à forma como a política, os campos epistemológicos, e a sociedade em si, criam saber. . Partindo disso, cabe à presente pesquisa analisar os outros campos do conhecimento que obtiveram outros tipos de estudos da vida na rua, partindo de novas concepções.

3.2- A Vida nas Ruas de Campinas a Partir das Ciências Humanas

Entre os estudos analisados no presente capítulo, essa seção analisa principalmente as pesquisas utilizadas nas humanidades para a compreensão desse contexto em Campinas atualmente. Com destaque para as pesquisas de Taniele Rui (2012), Karina Garcia Mollo (2013), Lucas Kiyoharu Sanches Oda (2019), e Ana Luíza Barreto Bittar (2020) . Dentre as pesquisas analisadas, apenas as de Ana Paula Mendonça (2009) e Maria José Coracini (2010) são artigos. Essas pesquisas são dos respectivos campos do conhecimento, Antropologia Social, Sociologia, Linguagens, Filosofia e Educação. Em todos os campos do conhecimento citados, são utilizadas ferramentas da antropologia. A pesquisa de Taniele Rui (2012) “Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack”, é uma etnografia que acompanha a vivência de usuários no centro de Campinas e São Paulo, a partir de territórios urbanos onde essas pessoas vivem fora da tutela da gestão municipal da cidade, e com uma relação distante (e ao mesmo tempo aproximada) do crime organizado e das camadas mais populares da cidade. A autora parte de uma análise que observa o corpo do “noia” como parte do enfoque da

narrativa, utilizando essa expressão popular para compreender parte do universo social que circunda os usuários de substâncias (que usam crack), em um programa de redução de danos do governo.

Portanto, é o corpo do noia que radicaliza a alteridade, na medida em que materializa um tipo social fundado a partir da exclusão. Uma vez nessa condição, evoca limites corporais, sociais, espaciais, simbólicos e morais, bem como impulsiona a criação de gestões assistenciais e policiais que visam tanto recuperá-lo quanto eliminá-los (RUI, 2012, p. XI).

Os dois territórios em que são realizadas as coletas de dados da pesquisa são na cidade de Campinas e São Paulo. A pesquisa de Taniele caracteriza com eficiência o conhecimento da população em situação de rua em Campinas, ao investigar a população viciada em crack que sobrevive pela região central da cidade. Um dos recortes utilizados pela autora para realizar a pesquisa de campo é a boca do Paranapanema, uma região abandonada na antiga linha férrea de Campinas, onde pessoas sobrevivem em situação de vulnerabilidade dentro de uma rota de comércio de crack e outras drogas. De certa forma, um recorte socioespacial, diametralmente oposto da idealização sócio-política da cidade. Pensando nesse recorte espacial, que considera a noção de territorialização, a autora escolhe por delimitar a linha férrea do Paranapanema de acordo com a regionalização prescrita pelo espaço social indicado pelos redutores de danos e pessoas da área em Campinas. Essa delimitação passa pela observação das relações diretas e indiretas que as pessoas em situação de rua estabelecem com os órgãos de gestão municipal de Campinas, tanto por ocuparem territórios de extrema tensão classista na região central da cidade, quanto por serem condicionados em sua existência, psicológica e corporal, à realidade produzida pelo consumo da droga. Isso em redes complexas de relação que envolvem certos tipos de solidariedade entre o povo da rua, traficantes, órgãos públicos de prevenção e redução de danos, pedestres e políticas.

Não obstante ao espaço utilizado como recorte de pesquisa, a investigação de Taniele Rui é construída a partir de interações feitas em uma etnografia, e observação participante, em que a autora examina principalmente o condicionamento gerado pelo uso de drogas pesadas por usuários nas ruas de Campinas e São Paulo. A autora concentra o enfoque da análise na materialização produzida pelo uso do crack, observando assim os modos de consumo, e os materiais utilizados para esse consumo. Desta forma, o cachimbo do usuário de crack, é o centro da ação social voltada a essa população em diversos aspectos.

Pois é sobre os cachimbos que versaram a maioria das minhas conversas com esses usuários, é em torno deles (e de seus usos higiênicos) que boa parte da política de redução de danos se assenta e, além disso, chamam atenção as apreensões policiais desses objetos, num processo metonímico para classificar seus portadores e justificar a ação dos órgãos de segurança pública (RUI, 2012, p. 298).

Com isso, a autora analisa que a redução de danos é feita a partir de uma criação de vínculos com os usuários de crack. Esses vínculos são estabelecidos através do material que utilizam, que cria um canal de comunicação e atenção em comum com os redutores de danos, fazendo deste um vínculo que importa ao passo que os usuários percebem que possuem um mínimo de direitos e atenção por parte das pessoas. A autora também conclui que a relação pessoal com os objetos exprime questões muito ligadas à memória emocional que possuem de si, e assim personifica os objetos. É relativamente comum que pessoas atribuam sentimentos personificados a carros, também. A relação com os objetos também ganha um sentido social na medida em que é relacionada às abordagens policiais na pesquisa, ao ser analisado que o cachimbo de crack é o objeto de designação dos usuários nas abordagens, e traz reconhecimento ao serviço dos policiais nas abordagens. Em suma, a autora discorre em sua etnografia sobre como a materialidade do uso de drogas denota a relevância de observar o mundo material para o entendimento do mundo simbólico e das “relações sociais face-a-face” (RUI, 2012, p. 315).

A concepção territorial também é observada partindo da questão habitacional em Campinas, por meio da leitura de outras histórias de vida no estudo de Doraci Alves Lopes e Ana Paula Mendonça (2009), sendo o estudo menos recente encontrado sobre a temática. Assim como na etnografia de Taniele Rui, a aproximação dessas pessoas foi feita por meio da aproximação direta com os itinerantes que passavam pela situação de rua em Campinas, sendo este caso realizado por meio do Serviço de acolhimento ao mendicante e itinerante (SAMIM), atual albergue de Campinas. O eixo da pesquisa de Lopes e Mendonça (2009) é ligado ao conceito de moradia, enquanto um espaço que não é necessariamente ligado ao significado de residência privada, uma vez que esse conceito perde parte do sentido na vida nas ruas. A moradia, é o ambiente que provém segurança e pertencimento às pessoas, mais próximo à ideia de ‘lar’. As pessoas em situação de rua possuem um sentimento de pertencimento àqueles lugares onde se sentem acomodados para viver sem sofrer diversos tipos de violência e exposição, sejam essas vias públicas ou não. Na obra “História e Habitação: Cidadania e a questão social da população de rua de Campinas-Sp”, as autoras definem a vida na rua como

um processo de perdas que além de ser matéria, é sobretudo simbólica, na medida em que essa população passa a ser excluída do processo cívico por ser afastada do núcleo familiar, e se sentir fracassada, passando “por um fenômeno muito mais complexo do que a perda material, física, de um ‘teto’” (MENDONÇA, 2009). Ao entrevistar pessoas em situação de rua em Campinas, as autoras destacam o fato de que a migração para o trabalho é um dos motivos que muitas vezes faz pessoas viverem nas ruas, em grandes cidades. Uma vez que as condições de subsistência providas por um salário mínimo (ou menos) muitas vezes não garante a moradia para os trabalhadores. Fato esse que pode ser reiterado pelos dados expostos pelo relatório do ministério dos direitos humanos, ao afirmar que 97% das pessoas em situação de rua declararam ter algum tipo de trabalho.

Entre os que trabalhavam, 97% o fizeram por conta própria (bico, autônomo). A principal forma para ganhar dinheiro mencionada foi como catador (17%). Entre os que informaram já ter trabalhado com carteira assinada, a maior proporção está na região Sudeste (79%) e a menor no Norte (36%).

(Relatório da Situação de Rua, Ministério dos Direitos Humanos 2022).

Esse dado é importante para esclarecer certos tabus e estigmas sociais, que relacionam a situação de rua à falta de vontade de trabalhar, ou *vadiagem*. Nesse contexto, Mendonça conclui que as perdas graduais da população em situação de rua acabam definindo seu novo meio de relações, que precisa ser ressignificado a partir da relação com outras pessoas que vivem nas ruas de Campinas. A discussão se estende para a análise das políticas sociais, mencionando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e seus objetivos de democratização das práticas assistenciais. No entanto, aponta-se que, nas últimas décadas, a desigualdade social agravou-se, afetando as políticas públicas e a distribuição de renda. A cidadania, que antes representava conquistas coletivas, passou a ser restrita, muitas vezes submetida à lógica 'mercantil' das políticas econômicas. O texto também aborda o contexto político, mencionando iniciativas do governo e críticas sobre a eficácia das políticas de proteção social. Em relação à população de rua, destaca-se a dificuldade de alcançar o direito ao trabalho, dada a questão do desemprego estrutural nas economias pós-industriais globalizadas. O trecho conclui ressaltando a importância da cultura do habitar, equiparando-a à perda do trabalho como um desafio significativo, sendo o sentimento de pertencimento a partir das experiências um ponto central na existência incongruente dessas pessoas no espaço urbano.

Ainda a respeito das experiências de vida das pessoas em situação de rua, Coracini (2010) estuda por meio de ferramentas de análise do discurso a forma como as falas de migrantes em situação de rua demonstram mais do que o explicitado pelas palavras, através da enunciação. No caso de Coracini, os relatos das vivências dos itinerantes de Campinas corroboram com uma análise em que a autora utiliza das abordagens de Lacan, Foucault, e Derrida para atribuir significado ao discurso dos entrevistados. Os princípios que norteiam a abordagem teórica partem da ideia da transdisciplinaridade como um ponto de partida para compreender informações que constroem um panorama social da questão estudada. “Argumentando a favor da heterogeneidade teórica: teorias do discurso (principalmente Foucault), desconstrução (Derrida) e psicanálise (Lacan)”. As concepções teóricas que fundamentam a prática da análise do discurso são utilizadas pela autora para compreender o sentido, ou a produção de sentido, do universo que permeia a situação de rua. Dessa forma, a habitação é interpretada de duas formas principais no artigo de Coracini. Primeiramente, a pele é vista como uma parte do corpo que conta uma história sobre quem são as pessoas, dentro do corpo como seu primeiro lar. Essa é uma parte revista na pragmática linguística da análise da autora, como uma parte da habitação, sendo assim, ao mesmo tempo a corporificação, e o habitat do entrevistado. “Arquivo do inconsciente que se faz carne e sangue, corpo inútil que exhibe traços do sofrimento, corpo que fabrica doenças, somatização de algo invisível que se faz parcialmente visível, arrebatando a epiderme, vazando por dentro e por fora” (CORACINI, 2010, p.101). Constata-se essa frase com o objetivo de apreender o sentido conferido ao dizer que a polícia deixou um itinerante “sangrando igual um porco”, depois de uma série de agressões, a um dos colegas das pessoas em situação de rua em uma noite. Em outra mão, a casa é o ambiente em que as pessoas se protegem dos males da rua, do desconhecido, e da exposição. No caso do povo da rua, o público e o privado se confundem, ao serem expostos a um tipo de vida que não possui materialidade afetiva, em uma vida intimamente exposta:

E3 confessa que dorme “escondidinho”, diminutivo que reduz o corpo, encolhendo-o e nele se encolhendo; hábito que traz do tempo em que tinha casa, família, quarto para morar... – privacidade que deseja manter, para não ser invadido, guardando para si e em si, na memória, um passado que não mais existe, uma etapa da vida que não volta mais... Mas, ainda quer ter a ilusão de que pode ficar só, longe do olhar de outros, do perigo e da maldade alheia, no centro da cidade de Campinas. (CORACINI, 2010, p.103)

Em termos teóricos, a enunciação da pessoa entrevistada expõe como é concebível por meio da escolha de palavras e da noção discursiva, que mesmo explicando um sentimento, o enunciador diz mais sobre si do que pode perceber. “Na psicologia freudiana, em nível consciente, o sujeito se esquece de que não é a origem do dizer” (CORACINI, 2010, p. 93).

Dentro dos estudos da área da linguagem, vale mencionar a tese de Ana Luíza Barreto Bittar (2020) também utiliza das narrativas de mulheres em situação de rua para analisar a situação social em si, partindo dos estudos da linguística, a autora tem como objetivo investigar as representações produzidas por elas mesmas, a partir da história oral. A tese da autora se diferencia do texto artigo de Coracini pelo fato de percorrer um caminho menos interdisciplinar na assimilação dos relatos, ao mesmo tempo que analisa a vida na rua em Campinas e São Paulo, como o recorte de Taniele Rui (2012). Para isso, foram utilizados os relatos de quatro mulheres, como partes centrais na apreensão da linguagem como fator central para compreensão das temáticas abordadas. Dessa forma, a história oral possui um valor menos relacionado ao conteúdo psicanalítico, e sim das relações de socialização das mulheres entrevistadas com o meio, sendo profundamente subjetivista na análise da linguagem a partir dos sonhos (aspirações) das mulheres. Com isso, a questão de gênero ganha um sentido mais ligado a todo o processo narrativo que determina a situação de rua dessas mulheres, desde os motivos que fizeram as mulheres viverem nas ruas, até as relações e vivências em ruas que possuem uma quantidade maior de homens, condicionados à violência estrutural. Bittar contextualiza a questão envolvida por meio da especificidade de tratar da situação de rua passada por mulheres no cenário urbano, citando uma pesquisa prévia de outras autoras

Quiroga e Novo (2009) sobre a mesma pesquisa, as especificidades da situação das mulheres na rua estão também relacionadas à vida nessa realidade profundamente masculinizada, que exige que elas lidam, cotidianamente, com uma diversidade de situações que envolvem diretamente a relação com o corpo, com a sexualidade e, em alguns casos, com os filhos. Além disso, as autoras apontam que a vida nas ruas exige que as mulheres criem estratégias específicas de sobrevivência e que elas tenham que lidar com os estereótipos que envolvem a imagem de uma “mulher ideal” (BITTAR, 2020, p. 20).

Diante de dificuldades em obter informações para a pesquisa por intermédio de instituições, em encontrar mulheres em situação de rua, e manter contato com as mesmas, a autora relata que não conseguiu realizar entrevistas com mulheres em Campinas. (BITTAR, 2020, p. 41) Porém, realizou parte da etnografia na cidade, e para fins da presente investigação, será analisada a parte observada e estudada pela autora em Campinas.

Os relatos da senhora entrevistada em Campinas dizem respeito ao ato de pedir comidas e alimentos na cidade, uma vez que foi descrito que a mesma sentia vergonha e receio de pedir coisas às pessoas quando mais nova, pedindo ajuda apenas sentada e estendendo as mãos nas ruas. E a sobrevivência partia muitas vezes de outras mulheres nas ruas, que demonstravam solidariedade à condição das itinerantes. Em uma entrevista com Conceição, uma outra mulher que dormia na praça da sé, em São Paulo, afirma que também foi ajudada

Nesse relato, são as mamadeiras das crianças pequenas que a comove e a fazem abrir mão dos seus R\$3,60 (e da bebida que relata que poderia ter comprado com esse valor), mas elas também escancaram a precariedade da situação, não apenas sua, mas dos bebês que se alimentam, pela sua doação, de água com açúcar [...] (BITTAR, 2020, p..75)

Entretanto, a cumplicidade feminina não é observada enquanto o único fator de associação entre as mulheres. A pesquisa também observa casos em que a relação entre as mulheres gera violência e disputa, de acordo com diversas situações específicas em que as mulheres em situação de rua precisam interagir, seja nas ruas, ou nas instituições. Bittar também ressalta que não faz sentido olhar as mulheres enquanto um ser fragilizado e estritamente passível de sofrer violências cotidianas, mas que reproduz formas de agressividade com outras mulheres a seu modo. Um exemplo disso se situa no relato em que a autora afirma que em seu trabalho de campo, uma mulher que tinha o costume de fazer as unhas de outras mulheres, afirmou ter machucado a mão socando o rosto de outra mulher em uma briga, estando drogada. Outros exemplos são citados em relatos de rivalidades femininas por homens nas ruas, e com relação a sentimentos de ciúme e disputas por beleza entre si.

Os relatos da pesquisa de Bittar sobre a situação de rua são um pouco mais limitados em relação ao recorte de Campinas, mas continuam contribuindo para o exame da situação de rua sobre a população feminina na cidade. A conclusão destaca a complexidade da pesquisa, ressaltando os percursos teóricos, metodológicos e práticos envolvidos. A autora enfatiza o trabalho de "tecelagem de memórias" e representações nas narrativas das mulheres entrevistadas, relacionando-as a perspectivas teóricas e vozes de outras mulheres, incluindo a própria pesquisadora. A atenção inicial às representações sobre si e a realidade social das entrevistadas evoluiu para destacar os eixos da sobrevivência e do sonho, entrelaçados com essas representações. O texto apresenta percepções sobre a vida nas ruas, passagens por abrigos,

busca por alimentação, relações com outras pessoas em situação de rua e eventos específicos na trajetória de duas mulheres entrevistadas, Conceição e Carolina.

Karina Garcia Mollo (2013) conduz uma pesquisa relacionada ao contexto socioassistencial das crianças e adolescentes na Cidade de Campinas. Os recursos que a autora utiliza para realizar sua pesquisa também partem de uma descrição do cenário sócio econômico a partir da formação do Estado burguês capitalista, partindo dos trabalhadores e pesquisadores ligados a essas políticas públicas (MOLLO, 2013). A contextualização da pesquisa é feita a partir de uma organização dos períodos históricos do capitalismo brasileiro, ligados à cada fase industrial e sócio política (como a ditadura militar), com base em uma leitura crítica e minuciosa da relação do Estado com as políticas de assistência social para crianças e adolescentes. Nesse sentido, a tese não parte diretamente dos relatos das crianças e adolescentes, e sim dos burocratas que direcionam o poder público ao atendimento dos menores de idade. Para isso, a autora relata a história da Casa Guadalupana em um período histórico entre 1989 e 2012, enquanto um estudo de caso exemplar, relacionado a um dos direcionamentos sócio políticos da temática, caracterizando assim o estudo como uma pesquisa que se apoia principalmente na revisão bibliográfica e documental sobre a situação rua relacionada a crianças e adolescentes no período de tempo citado. O estudo também conta com relatos de movimentos sociais como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR). A autora descreve abusos cometidos por autoridades ligadas ao serviço público, bem como as relações com redes de solidariedade ligadas à assistência social. Para analisar as particularidades das políticas executadas para a população de crianças e adolescentes menores de idade, a autora subdivide o recorte temporal por mandatos das gestões municipais de Campinas, se atentando à relação política que cada mandato de prefeitura exerceu, com a população estudada em si, na cidade. A exemplo disso, a narração da organização das gestões públicas relacionadas à população de rua são explicitados por meio dos títulos, que envolvem a marca narrativa dos resultados obtidos através das políticas direcionadas à crianças e adolescentes, como no caso dos mandatos de : “Hélio de Oliveira Santos (2005-2008): tendência à institucionalização de crianças e de adolescentes em situação de rua”, (MOLLO, 2013, p. 170). Outro capítulo que demonstra o mesmo tipo de argumentação, relacionada à questão gestacional da situação de rua no município é: 5.6. “Hélio de Oliveira Santos (2009-2011): higienização político- social da população de rua e desmonte de políticas socioassistenciais de educação social de rua” (MOLLO, 2013, p.137)

A partir da pesquisa dos documentos e dos depoimentos dos trabalhadores na área, foi possível perceber dois movimentos contraditórios na política pública para a população de rua de Campinas. Na saúde, o processo partiu da institucionalização para a desinstitucionalização em função da Luta Antimanicomial e pela criação de estratégias de inclusão do usuário nos espaços de circulação por meio da cultura, do esporte, da arte, pela criação de moradias alternativas, pelo tratamento nos CAPS. No caso da assistência social, principalmente a partir de 2008, ocorreu o movimento inverso, ou seja, da desinstitucionalização para a institucionalização por meio de encaminhamentos dos usuários para espaços fechados, interrupção da circulação com término de parcerias com projetos culturais (MIS, Casa de Cultura Tainá) e a extinção de todos os projetos da abordagem de rua com a atuação da educação social como a Casa Guadalupana, o Convivência e Cidadania e projetos do CEDAP (MOLLO, 2013, p. 170)

Com isso, a autora conclui que a assistência social passa por desafios de ordem institucional, acima de tudo, que mesmo conquistados por meio da luta de movimentos sociais e civis, são colocados enquanto pautas mais marginais na agenda pública municipal e governamental, proporcionando assim um cenário de desestabilização com relação à continuidade no combate à desigualdade e problemáticas estruturais ligadas ao desenvolvimento econômico desigual, estabelecido principalmente pelo capitalismo tardio no Brasil. Assim, a autora traz a máxima de que a característica que define principalmente a problemática da rede de atendimento assistencialista às crianças em situação de rua, é a descontinuidade.

O último estudo desta sessão é a tese de Lucas Kiyoharu Sanches Oda (2019) “Dicas para uma boa deglutição de hóspede à soleira de sua porta: heterotopias invisíveis dos moradores em situação de rua de Campinas” parte da área da filosofia, analisando a partir do conceito de foucaultiano de heterotopia a forma como as pessoas em situação de rua são negligenciadas nos espaços públicos de Campinas, sendo assim negligenciadas por meio de omissões de cuidado e atenção nos ambientes comunitários da cidade. O conceito de heterotopia foi desenvolvido por Foucault (1967), em que o autor classifica certos tipos de espaços físicos como concretamente “existentes”, mas que operam por um conjunto de regras imaginárias que os distancia das realidades comuns dos espaços habituais da sociedade, subvertendo assim as regras sociais idealizadas na sociedade. Um dos objetivos trazidos, na primazia da linguagem filosófica, é criar conceitos que serão atribuídos à situação de rua, partindo de concepções de autores como Derrida, Foucault, e Oswald de Andrade. “Pode-se notar pelo sumário menu e pelo preâmbulo-aperitivo que serão utilizadas nesta tese-banquete escolhas lexicais derivadas do universo da culinária. Essas escolhas originam metáforas e

alegorias necessárias aos objetivos deste texto: criar conceitos” (ODA, 2019, p. 20). A complexidade e sofisticação estética da linguagem do texto possui um teor metalinguístico com o próprio ato de criar conceitos, no sentido de que, ao se aproveitar as ideias produzidas por diferentes autores, a produção filosófica tem o poder de sintetizar as ações sociais minuciosamente. Essa noção, por sua vez, é teorizada pelo próprio conceito-metodológico de Antropofagia, utilizado por Oswald de Andrade, que significa pragmaticamente o ato de canibalismo (culturalmente indígenas, referente aos Tupinambá) de se alimentar dos seus inimigos como forma prática espiritual. Nessa linha, Oswald de Andrade propôs uma antropofagia cultural na sociedade brasileira. A tese de Oda, possui um rigor lógico ligado ao pensamento filosófico, portanto a assimilação desses conceito se reafirma no sentido de que:

Para além da crença de que a devoração absorve as características ou poderes do outro, de que cria seres mistos, amálgamas como centauros, sereias e lobisomens, a antropofagia não é apenas uma forma de identificação com o outro: é uma desidentificação completa de si, é a atualização de um devir-outro, devir-inimigo que origina o outro eu. A antropofagia não gera acúmulo: ela nos dá a ver a incompletude, o devir que se atualiza em cima da máxima: “Só me interessa o que não é meu”. É aquilo que não sou, que não me é próprio, que devoro. (ODA, 2019, p. 112)

O ato de devoração possui um sentido prático mais ligado à noção de aceitação daquilo que é socialmente estigmatizado. Para construir essa argumentação, o autor utilizou de diversas observações empíricas relatadas na região do centro de Campinas, próximo ao terminal central, com ressalvas históricas desses mesmos locais enquanto espaços portadores de outros tipos de sistemas de poder em diferentes tempos históricos. Dessa forma, o estudo filosófico se estabelece como um manifesto contra a estigmatização, utilizando a “deglutição” como metáfora principal para uma solidariedade verdadeiramente crítica com as pessoas em situação de rua em Campinas, traduzida em um dever humano com essas pessoas.

Se é só a antropofagia que nos une, temos como resultado dessa união um mundo tomado por devires, por inimigos-hóspedes-desterrados-negros-mendigos devorados que atuam como intercessores para novos conceitos originados de um pensamento sem imagens, tomado pelos acontecimentos, e também por perceptos e afectos, que vislumbra um povo por vir, que está além dos limites metrificados e cafetinados da vida. (ODA, 2019, p. 117)

Como já visto anteriormente, a etnografia é uma ferramenta que tem sido amplamente utilizada na análise da situação de rua dentro do ambiente urbano. Com isso, o presente estudo

explora os diferentes campos do conhecimento que observam a vida na rua, partindo da análise das metodologias presentes em suas análises, e partindo do contexto acadêmico pelo qual a produção científica é feita. Essa compreensão passa pela ideia da construção do espaço social, como parte de uma pesquisa genealógica, que Foucault definiu como o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e das observações de saber (FOUCAULT, 1979, p.171). Isso não se define somente por se tratar de um objeto de pesquisa que é considerado marginalizado historicamente, mas por possuir um tipo de saber não hierarquizado de sua sobrevivência, saber esse que é produzido nas ruas. Essa contramão epistemológica é notável nos estudos de antropologia social, e da linguagem, uma vez que tentam abstrair noções críticas da realidade por meio da comunicação, como parte da matéria que produz os discursos, e portanto ideologias e sistemas de poder na sociedade.

Não existe UM sentido, a não ser numa dada circunstância de interpretação, que é sempre produção de sentido; não existe UM autor, a não ser como função jurídica, para, com sua assinatura, responsabilizar-se pelo que está escrito; não existe UM discurso, já que todos são atravessados por outros discursos, assim como não existe UM sujeito, pois este é efeito do assujeitamento à linguagem, que, por ser porosa, permite que fagulhas do inconsciente. (CORACINI, 2010, p. 95).

3.3 A questão da situação de rua entre a arquitetura e a geografia

Outras duas teses que observam a vida na rua de Campinas, são as de Ana Tereza Coutinho Penteadó (2012) e Giuliana Lima Oliveira (2022), sendo a última o trabalho acadêmico mais recente, que trabalha sobre a temática da vida na rua em Campinas. A tese de Oliveira (2022), sendo do campo da arquitetura, tem como objetivo mapear a situação de rua como um problema social relacionado às questões gestacionais do ambiente urbano a partir de questões legais e jurídicas na cidade de Campinas, utilizando das políticas de planejamento municipal para compreender a questão. Nesse caso, dados como índice Gini, IDHM (índice de desenvolvimento humano municipal), IVS (índice de vulnerabilidade social), são estatísticas que não variam excepcionalmente junto ao desenvolvimento econômico municipal, justamente pelo fato (que pode ser considerado histórico), de a população mais pobre da cidade não ser inserida na questão habitacional e econômica da cidade. As principais ancoragens teóricas da análise foram o plano de desenvolvimento urbano integrado e o plano diretor.

Observa-se que a população de rua não é considerada como contingente nos indicadores de bem-estar social, a saber, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) responsável por indicar o desenvolvimento humano nas dimensões de longevidade, educação e renda; o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) parâmetro que expõe detalhadamente IVS de Infraestrutura Urbana, IVS de Capital Humano e IVS de Renda e Trabalho; e o índice de GINI, utilizado para medir o grau de concentração de renda. Esta ausência dificulta o desenvolvimento de políticas públicas e a intersectorialidade das ações estatais para a redução da situação precária nas quais vivem esses sujeitos. (OLIVEIRA, 2022, p. 127)

Outros indicadores para estudo empírico, como mapas cartográficos, sugerem que a região central de Campinas é uma área de estudo que pode ser observada e analisada por meio de métodos que envolvem uso de imagens do centro urbano. Nesse sentido, Oliveira utiliza de outros estudos, como o de Chagas (2020), em que a autora analisa a cartografia do centro de Campinas a partir do perímetro de áreas mais e menos valorizadas, em termos de valor do solo (OLIVEIRA, 2022, p. 134). A imagem abaixo ilustra o recorte de pesquisa territorial que foi utilizado pela autora para compreender o panorama específico da situação de rua no centro de Campinas, sendo este aproveitado da pesquisa de Chagas (2020). A autora menciona dois centros de Campinas diferentes, com destaque a uma região chamada de “boca do lixo”, sendo esta uma área que concentra muitas pessoas em situação de rua, sendo conhecida por isso. (*ibid*)

Imagem 3- Mapa da situação de rua no centro de Campinas

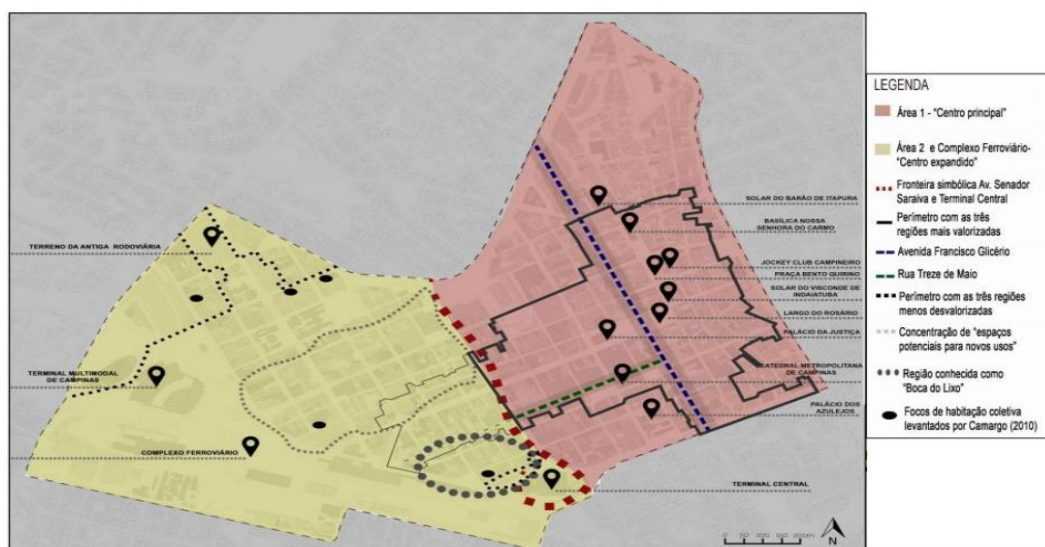


Figura 13: Os dois centros de Campinas propostos por Chagas. Fonte: CHAGAS, 2020.

Fonte- Oliviera, *apud* Chagas, 2020

A pandemia de COVID-19, assim como a subnotificação e o aumento da desigualdade no Brasil, foi constatada como (OLIVEIRA, 2022, p. 210) fatores que impulsionaram a situação de rua em Campinas. Outros fatores que envolvem a caracterização da população em situação de rua, como raça, gênero, e faixa etária foram estudados, porém, não sendo o eixo central da investigação, sendo a questão material e diretamente ligada à estrutura da cidade, um fator mais preponderante na investigação do problema social em si. Como conclusões, ressaltou-se a ambiguidade entre avanços legais e a persistência significativa de pessoas em situação de rua nos espaços públicos. A análise das áreas urbanas comuns revelou estratégias de sobrevivência, como apropriação de praças e calçadas, uso de mobiliário urbano compartilhado e redes de atendimento assistencial. A observação do cotidiano da população em situação de rua permitiu identificar a diversidade de significados e desafios no trabalho de campo. A análise dos dados evidenciou a diferença entre viver e sobreviver, questionando a eficácia das políticas públicas diante das adversidades enfrentadas, como a falta de moradia, trabalho informal, discriminação, entre outros.

Em contrapartida, outro eixo analítico que utiliza da faixa etária como objeto para investigação da situação de rua, concerne ao estudo de Ana Tereza Coutinho Penteado (2012), em que a autora compreende por meio das crianças e adolescentes em situação de rua as representações da territorialidade em Campinas. A territorialidade por si, é investigada como o uso humano do espaço, sendo o valor dado a cada terra e seu uso, a noção principal que constroi os espaços urbanos. O estudo de Penteado enxerga por meio da geografia de Milton Santos (1987- O espaço do cidadão) a integralização das ruas de Campinas. A análise da autora passa por uma contextualização histórica das diferentes fases urbanísticas de Campinas e seu aumento demográfico, que factualmente é relacionado a um povoamento industrial, com farta mão de obra escravizada, que se reproduziu em uma população heterogênea e nova, contendo muitos filhos de imigrantes e pessoas mais pobres. As crianças que ocupavam as ruas ou crianças de rua? - compõem o início do período de construção da cidade de Campinas. Analisando a relação desse tipo demográfico específico, e as diferentes fases da cidade, a autora cria um panorama do aumento populacional da urbe, e sua relação com a nova classe trabalhadora que passou a habitar o polo técnico-industrial da antiga Vila de São Carlos. A autora ressalta que a primeira instituição de acolhimento e proteção às crianças foi o Juizado de Órfãos, que praticava uma função semelhante ao conselho tutelar com as crianças e adolescentes.

A população de Campinas aumentou gradualmente com o passar dos anos, durante o século XIX, sendo as crianças e adolescentes uma parte importante desses residentes, enquanto mão de obra nos engenhos e órfãos dos escravizados, que passaram a nascer libertos a partir da lei do ventre livre em 1871. A partir da Lei do Ventre Livre, os senhores de escravo utilizaram da tutela das crianças órfãs para as manter enquanto força produtiva nas fazendas.

Além disso, o vínculo tutelar representava a garantia de continuidade de mão de obra gratuita. O estudo realizado por Botin (2007) contribui com a compreensão de que a Lei do Ventre Livre, de 1871, por um lado inaugurou o desmantelamento do sistema escravista no país, mas, por outro, propiciou ações por parte dos senhores que mantiveram o ranço da dominação, pois eles se utilizaram do Juizado de Órfãos para requerer o poder tutelar de crianças libertas, principalmente daquelas que se encontravam em idades de aprender e/ou exercer algum ofício. (PENTEADO, 2012, p.19)

Ao passar do século XX, a autora menciona que a evolução técnico-informacional criou uma disposição diferente nas ruas de Campinas, que de certa forma retorna à condição inicial da cidade. Tal condição se exerce por meio de uma centralização da construção do espaço urbano com o transporte, sendo esse um dos principais eixos de referência de Campinas como local de permuta geográfica, característica essa que marcou a fundação da cidade, e pode ser observada por meio da disposição das grandes vias expressas, linhas férreas, e do atual aeroporto de Viracopos. Com o tempo a evolução territorial de Campinas direcionou a população mais pobre a ocupar as ruas, à medida de um espaço de comunhão e segregação da cidade, onde havia um intercâmbio mais genuíno de pessoas de diferentes classes sociais, sendo as crianças e adolescentes um grupo de indigentes que sobrevive marcadamente pela movimentação no espaço. “Desta forma, a rua, o espaço público produzido cada vez mais para os fluxos, contraditoriamente abriga a parcela da sociedade mais distante do que poderíamos considerar cidadania” (PENTEADO, 2012, p.73).

Os espaços físicos estudados pelas autoras mencionadas são uma dimensão material que confere sentido subjetivo para a existência das pessoas investigadas, de uma maneira geral. De um ponto de partida superficial, as imagens trazidas sobre a população em situação de rua na região central de Campinas demonstram que a ocupação de espaços pelas pessoas, contam parte da história e da configuração do que é o ambiente urbano. O ambiente é o significado que lhe é conferido pelas pessoas, ao mesmo tempo que confere significado à presença das pessoas. Assim como o corpo, e a habitação. A atribuição de sentido para os espaços, por sua vez, passa por regras principalmente legais e jurídicas, que são estabelecidas em perspectivas geográficas

e arquitetônicas no ambiente urbano. Enquanto a política se faz por uma hipótese colocada por Foucault (1979), como uma “continuação silenciosa e discreta” das guerras, ou do conflito de povos e classes, o autor leu a interpretação do espaço por meio de conceitos que remetem à qualificação de “administração”, “guerra” e “implantação de gestão de um saber” (ibid). Não se considera a geografia uma ciência estritamente humana, e nem natural, mas sim uma ciência que observa a síntese da humanidade com a natureza, e a natureza por si só, que não se pretende observada por uma síntese humana, no ato científico (MENDONÇA, 2001). Por outro lado, a arquitetura se define de maneira mais sensível, sendo arte e construção (LEMOS, 1980).

3.4 - Discussão acerca dos trabalhos analisados

O presente estudo objetivou realizar uma revisão narrativa das principais teses de mestrado e doutorado e artigos científicos que tratam da situação de rua em Campinas, como temática principal, nos últimos anos. Os estudos realizados acerca do tema variam entre diferentes campos do conhecimento, com atenção aos perfis de mulheres em situação de rua, crianças e adolescentes, usuários, e territorialidade principalmente. As temáticas de análise contam também com questões relacionadas à habitação e políticas de assistência social. Quanto aos perfis das pessoas estudadas nessas temáticas, foi notado que ainda existem muitos temas a serem exploradas dentro dos debates da situação de rua em Campinas, como a questão racial, estudos sobre pessoas com deficiência, pessoas LGBTQs, estudos de imigração, sexualidade e situação de rua, estudos experimentais que observam causas e efeitos ligados à vivência dos itinerantes, acompanhamentos de médio e longo prazo da vida na rua, e saberes na área das ciências econômicas que procurem compreender os impactos diretos da economia na situação de rua, dentro do contexto municipal. A maioria dos estudos que analisam os impactos de políticas públicas municipais na vida nas ruas são originários de áreas do conhecimento ligadas à saúde, com ênfase em gestão da saúde coletiva. No geral, as Ciências Sociais Aplicadas não possuem muitas investigações ligadas à situação de rua em Campinas, sendo essa uma oportunidade de expansão de campos do conhecimento como o direito, relações internacionais (no que tange à imigração de itinerantes de outros países, por exemplo), e a economia, na direção de investigações que expliquem o problema da desigualdade extrema nas cidades, e as fontes de renda como formas de sobrevivência da vida nas ruas. Também foi notado que em nenhuma pesquisa foram entrevistados, ou abordados, membros do poder executivo na cidade

de Campinas, responsáveis pela gestão das políticas públicas em que os pesquisadores realizaram as investigações.

Os campos do conhecimento que relataram a situação de rua atualmente em Campinas, são a saúde coletiva/pública e gestão em políticas de saúde; antropologia social, linguagens, linguística, sociologia, educação, filosofia e educação; arquitetura e urbanismo e geografia. Já os métodos de análise registrados foram, em sua grande maioria, de pesquisa qualitativa, sendo as histórias orais, os registros etnográficos com histórias de vida, as observações participantes por meio de instituições de assistência social, e os registros históricos, os métodos preponderantes na compreensão da temática. A desigualdade é uma área do conhecimento que envolve uma conceitualização de diversos temas por avaliações mais sensíveis e subjetivas, dessa forma, as pesquisas que envolvem estudos da desigualdade tendem a cumprir com aproximações cada vez mais intimistas dos sistemas de poder presentes na atual sociedade. Vale destacar que entre as doze teses e artigos revistos, oito foram escritos por mulheres, o que evidencia que as mulheres desempenham academicamente um papel de protagonismo nos estudos de desigualdade relacionados à temática da situação de rua, mesmo este sendo um tipo de pesquisa que envolve exposição à situações de risco em sua participação. Isso também pode ser observado pelo vanguardismo nas investigações sobre a mendicância, realizadas por Marie-Ghislaine Stoffels nas ruas de São Paulo. O perfil de quem realiza as investigações sempre envolve uma identificação empírica e subjetivamente empática com a causa ou objeto, partindo desta causa a força motriz para a investigação científica.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa conclui, e reitera, que a temática da situação de rua em Campinas é um assunto emergente atualmente, e que tende a uma necessidade cada vez maior de análise e investigação, partindo de pressupostos empíricos que reconhecem o protagonismo das pessoas em situação de rua nos relatos de suas histórias de vida e vivência, e que analisam a problemática por meio de instituições estatais e privadas. Essa necessidade é evidenciada pela violação dos direitos humanos e constitucionais das pessoas em situação de rua, e pelo problema da desigualdade que envolve a distribuição de riqueza nos municípios. Esse problema de desigualdade também é observado por meio da gentrificação social, e pela violência policial e institucional relatada pelas pessoas que vivem nas ruas.

Ressalta-se também a necessidade de novas áreas do conhecimento que possam ramificar mais a questão da vida na rua e sua complexidade interseccional em diferentes perfis de investigação e campos do conhecimento. Essa necessidade se faz pelo aumento quantitativo de pessoas que vivem nas ruas, e pelas evidências empíricas que demonstram que o serviço público ainda não possui capacidade técnica de mensuração e cuidados com essas pessoas, de modo geral. As explicações para as causas da vida nas ruas analisam pela perspectiva histórica os processos de formação da cidade de Campinas, e como a gestão municipal conduziu questões sociais voltadas às camadas populares desde sua origem, ao período colonial, até atualmente, analisando os meios de exclusão socioespacial na região do centro de Campinas. As novas políticas para pessoas em situação de rua podem aperfeiçoar as práticas de cuidado e assistencialismo no Brasil, mas ainda possuem um caráter paliativo referente ao problema estrutural da situação de rua no atual estágio do capitalismo, de maneira geral. Apesar disso, instituições da sociedade civil, como movimentos sociais e igrejas, se responsabilizam por ações voltadas a essa problemática, tanto por ações de assistencialismo, quanto por articulações com o poder público. As pesquisas analisadas, contam em sua maioria com áreas das ciências humanas e saúde coletiva, havendo apenas uma tese das ciências sociais aplicadas, e uma da geografia. Nessas dissertações, em que todas foram de abordagem qualitativa, foram observadas as relações das pessoas em situação de rua com os ambientes urbanos da cidade, sua integração e marginalização a partir de instituições de assistência social, e a dimensão subjetiva de sua existência. As ferramentas teóricas contaram com estudos de análise da linguagem, histórias, e observações participantes com etnografia e diário de campo, e análises de fontes documentais sobre a situação de rua. Também foi observado que os estudos concluem

sobre as dificuldades de socialização e integração do povo na rua, e os desafios a serem superados para o cuidado com essas pessoas, considerando as redes de assistência social, políticas públicas, e incorporação das pessoas em situação de rua. Com isso, a presente pesquisa sintetizou os últimos estudos sobre a temática da vida na rua, explorando as formas de estudo dessa questão, e evidenciando pontos críticos nessa problemática atualmente. Para tal, foram utilizadas fontes documentais do governo federal, dissertações que estudam a história da cidade, dados censitários e autores de abordagem crítica que analisam as relações de poder e a desigualdade no Brasil, atualmente. Partindo disso, espera-se uma contribuição efetiva com a bibliografia sobre a vida na rua, e contribuir com pesquisas futuras relacionadas ao tema.

REFERÊNCIAS

AMANCIO, Kleber Antonio de Oliveira. **À procura da liberdade moral**: a vida cotidiana dos ex-escravos e de seus descendentes no pós-abolição na Campinas das primeiras décadas do século XX. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: 2010.

BITTAR, Ana Luiza Barretto. **Sobreviver e sonhar**: histórias e memórias de mulheres em situação de rua. Dissertação de mestrado. Unicamp. Campinas: 2020

CORACINI, Maria José. Transdisciplinaridade e análise de discurso: migrantes em situação de rua. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 91-112. Unicamp. Campinas: 2010.

DELUCCA, Daniel. Revisitando os mendigos na cidade de São Paulo: introdução à entrevista com Marie-Ghislaine Stoffels in RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel.(orgs) **Novas faces da vida nas ruas**. EdUFSCar, 2022.

DIAS, Thaís Machado. **Cuidado às mulheres gestantes em situação de rua no município de Campinas-SP**: clínica no limite e o limite da clínica. Campinas (SP): Dissertação de Mestrado Unicamp. Campinas: 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. v. 7, Graal. Rio de Janeiro: 1979.

JUSTINO, Jonathas. "**Nos armários das ruas**": entre discursos, saberes e o cuidado em territórios marginais-uma cartografia trans-trava pelas ruas de Campinas/SP. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas: 2021.

LAPA, José Roberto Amaral. História de Campinas: a tarefa para os próximos dez anos. **Revista de História**, v. 54, n. 107, p. 221-240. São Paulo: 1976.

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é arquitetura**. Brasiliense. São Paulo: 1980.

LOPES, Doraci Alves; MENDONÇA, Ana Paula. História e Habitação: cidadania e a questão social da população de rua em Campinas/SP. **Impulso**, v. 19, n. 48, p. 41-59, Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba: 2009.

LUSVARDI, Thiago. **As drogas e as práticas de cuidado na rua**: uma perspectiva genealógica da subjetividade. 2019. Dissertação de Mestrado. Unicamp. Campinas: 2019.

MALFITANO, Ana Paula Serrata. **A tessitura da rede**: entre pontos e espaços. Políticas e programas sociais de atenção à juventude-a situação de rua em Campinas, SP Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2008.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. Histórias de Campinas no período colonial (1775-1822): historiografia e documentação. Resgate: **Revista Interdisciplinar De Cultura**, v. 23, n. 1, p. 41-48, Campinas. Unicamp: 2015.

MELO, Tomás. **Política dos “improváveis”**: Percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2017.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia socioambiental**. Terra Livre, n. 16, p. 113-132, São Paulo: 2001.

MOLLO, Karina Garcia. **Universalidade e particularidade de Campinas no atendimento socioassistencial às crianças e adolescentes em situação de rua**: entre assistência e repressão. Tese de doutorado. Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, SP: 2013.

NEUBERT, Patricia da Silva; RODRIGUES, Rosângela Schwarz;. **Introdução à pesquisa bibliográfica**. Florianópolis: 2023.

ODA, Lucas Kiyoharu Sanches. **Dicas para uma boa deglutição do hóspede à soleira de sua porta**: as heterotopias invisíveis dos moradores em situação de rua de Campinas. Tese de doutorado. UNIFESP. São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, Giuliana Lima. **População em situação de rua como vulnerabilidade urbana: estudo a partir do centro de Campinas.** Dissertação de Mestrado. PUC-Campinas. Campinas: 2022.

PENTEADO, Ana Tereza Coutinho. **Urbanização e usos do território: as crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Campinas/SP.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 2012. Tese de Doutorado.

RUI, Taniele. **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack.** Tese de doutorado: Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2012.

LINKS E DOCUMENTOS:

JORNAL O VALE:

<https://sampi.net.br/ovale/noticias/2753007/cidades/2023/04/prefeitura-preve-novo-censo-de-pessoas-em-situacao-de-rua-em-campinas-ate-dezembro>

OBSERVATÓRIO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA- Ministério dos Direitos Humanos:

<https://experience.arcgis.com/experience/6a0303b2817f482ab550dd024019f6f5/page/Pessoas-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua/>

RELATÓRIO MDHC- POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA- DIAGNÓSTICO COM BASE NOS DADOS E INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS EM REGISTROS ADMINISTRATIVOS E SISTEMAS DO GOVERNO FEDERAL:

https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf

NATALINO, MARCO: ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL (2012-2022). Acesso em: 20/01/2024

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf

CENSO DEMOGRÁFICO 2022- PESQUISA POR DOMICÍLIOS

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>

DECRETO Nº70753- PNPSR

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm

G1- Governo federal planeja lançar plano para população em situação de rua junto com decreto da Lei Padre Júlio Lancellotti

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/20/governo-federal-planeja-lancar-plano-para-populacao-em-situacao-de-rua-junto-com-decreto-da-lei-padre-julio-lancellotti.ghtml>

PLANO RUAS VISÍVEIS:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202312/governo-anuncia-r-1-bilhao-para-plano-ruas-visiveis-pelo-direito-ao-futuro-da-populacao-em-situacao-de-rua>

LEI PADRE JÚLIO LANCELOTTI: Lei nº 14.489/2022
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2022/lei-14489-21-dezembro-2022-793527-publicacaooriginal-166602-pl.html>

MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 976 DISTRITO FEDERAL- ADPF976- 2022

<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF976MC1.pdf>

Campinas aguarda diretrizes do governo federal para novo Censo da população em situação de rua:

<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2023/08/04/campinas-aguarda-diretrizes-do-governo-federal-para-novo-censo-da-populacao-em-situacao-de-rua.ghtml>